

THALES HUMBERTO SENA DA SILVA

**INOVAÇÕES NO MERCADO DE CRÉDITO E INCLUSÃO
FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS ECONÔMICOS
NOS ESTADOS DO NORDESTE.**

RECIFE – PE

AGOSTO, 2025

THALES HUMBERTO SENA DA SILVA

**INOVAÇÕES NO MERCADO DE CRÉDITO E INCLUSÃO
FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS ECONÔMICOS
NOS ESTADOS DO NORDESTE.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado pelo aluno **THALES
HUMBERTO SENA DA SILVA** ao Curso de
Ciências Econômicas da Universidade Federal
Rural de Pernambuco - UFRPE, como pré-
requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas sob a
orientação da professora **Dra. Keynis Cândido
de Souto.**

RECIFE – PE

AGOSTO, 2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecária Suely Manzi – CRB/4 - 809

S586i Silva, Thales Humberto Sena da
Inovações no mercado de crédito e inclusão financeira: uma
análise dos efeitos econômicos nos estados do nordeste / Thales
Humberto Sena da Silva. – 2025.
60 f.: il.

Orientador: Keynis Cândido de Souto.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências
Econômicas) – Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Departamento de Economia, Recife, BR-PE, 2025.
Inclui bibliografia

1. Economia – Estudo e ensino 2. Crédito 3. Crédito direto ao
consumidor 4. Brasil, Nordeste – Condições econômicas 5. Brasil,
Nordeste – Condições sociais I. Souto, Keynis Cândido de, orient.
II. Título

CDD 330

**INOVAÇÕES NO MERCADO DE CRÉDITO E INCLUSÃO
FINANCEIRA: UMA ANÁLISE DOS EFEITOS ECONÔMICOS
NOS ESTADOS DO NORDESTE.**

THALES HUMBERTO SENA DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado com nota _____

Apresentado em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador. Prof^ª. Dra. Keynis Cândido de Couto

1º Examinador. Prof^ª. Dra. Cristiane Soares de Mesquita Callou

2º Examinador. Prof^ª. Dra. Priscila Michelle Rodrigues Freita

AGRADECIMENTOS

Na trajetória deste trabalho, agradeço profundamente à minha orientadora, professora Keynis Souto, por sua paciência e dedicação ao longo da minha jornada acadêmica. As professoras Cristiane Mesquita e Priscila Freitas, por comporem a banca examinadora e por disponibilizar tempo e conhecimento para avaliar meu trabalho de conclusão. Estendo meus agradecimentos a duas pessoas muito incentivadoras nesse processo: minha avó Amara e a Sra. Maria Mércia. Minha avó, desde a infância, sempre me transbordou de amor e me orientou a seguir o melhor caminho na vida. Mércia, por sua vez, esteve sempre atenta à minha tendência à procrastinação, puxando minha orelha quando necessário. Agradeço também aos meus amigos da faculdade, pela união e companheirismo, ajudando-se mutuamente diante das dificuldades que surgiram. Por fim, minha gratidão à minha mãe, aos meus tios e à minha namorada, que contribuíram, pouco a pouco, para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar se as inovações no mercado de crédito resultaram em maior inclusão financeira e melhora nos indicadores econômicos dos estados do Nordeste entre 2010 e 2021. A literatura destaca que a inclusão financeira consiste no acesso efetivo, uso e qualidade de serviços financeiros adequados às necessidades da população, especialmente para grupos vulneráveis, a custos acessíveis. Seu papel no desenvolvimento econômico é amplamente reconhecido, pois favorece o investimento, a proteção contra riscos e o consumo sustentável. Historicamente, o conceito evoluiu para abarcar a cidadania financeira, que inclui educação financeira, proteção ao consumidor e participação social. No Brasil, o Banco Central adotou diversas medidas regulatórias para ampliar a capilaridade dos serviços, como a regulamentação de cooperativas de crédito, correspondentes bancários, fintechs e bancos digitais, além de inovações como o cadastro positivo e o *open banking*. Essas ações buscam aumentar a concorrência, reduzir barreiras ao crédito e promover inclusão, com reflexos no crescimento econômico e na redução de desigualdades. Contudo, estudos alertam que o maior acesso ao crédito deve vir acompanhado de educação financeira, para evitar endividamento excessivo e inadimplência. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e descritiva. A análise dos dados foi feita em uma abordagem mista, utilizando dados quantitativos e análise qualitativa a partir de dados secundários. Os resultados mostram que os estados do Nordeste tiveram avanço em seus índices de inclusão financeira, porém em ritmos diferentes, onde os postos de atendimentos e correspondentes bancários tiveram o papel fundamental nessa inclusão. Entre 2010 e 2021, a inclusão financeira no Nordeste apresentou avanços significativos nas dimensões de acesso, elevando a taxa de bancarização de 49% para 75%, impulsionada pela expansão de canais físicos e meios eletrônicos. Contudo, a razão crédito/PIB recuou, indicando que o crescimento econômico não foi acompanhado na mesma proporção pela ampliação do crédito. Embora todos os estados tenham registrado aumento no Índice de Inclusão Financeira, a relação com o desempenho econômico e social variou, sendo o Piauí o destaque positivo. O endividamento, sobretudo por cartão de crédito, cresceu, mas sem padrão uniforme com a inadimplência, evidenciando a importância da educação financeira para uso responsável do crédito.

Palavras-chave: Nordeste. Inclusão financeira. Mercado de crédito. Desenvolvimento econômico. Banco Central do Brasil. Endividamento. Inadimplência.

ABSTRACT

This study aims to analyze whether innovations in the credit market have resulted in greater financial inclusion and improvements in the economic indicators of the Northeastern states of Brazil between 2010 and 2021. The literature highlights that financial inclusion consists of effective access, usage, and quality of financial services tailored to the population's needs, especially for vulnerable groups, at affordable costs. Its role in economic development is widely recognized, as it promotes investment, risk protection, and sustainable consumption. Historically, the concept has evolved to encompass financial citizenship, which includes financial education, consumer protection, and social participation. In Brazil, the Central Bank has adopted various regulatory measures to expand service outreach, such as regulating credit cooperatives, banking correspondents, fintechs, and digital banks, as well as innovations like positive credit registries and open banking. These actions aim to increase competition, reduce credit barriers, and promote inclusion, with effects on economic growth and inequality reduction. However, studies warn that increased access to credit must be accompanied by financial education to prevent excessive indebtedness and default. This research is characterized as bibliographic and descriptive, using a mixed-methods approach with both quantitative and qualitative analysis of secondary data. It was observed that the Northeastern states made progress in financial inclusion indexes, but at different rates, with banking correspondents and service points playing a fundamental role in this inclusion. Between 2010 and 2021, financial inclusion in the Northeast showed significant advances in access, raising the banked population rate from 49% to 75%, driven by the expansion of physical and electronic channels. However, the credit-to-GDP ratio declined, indicating that economic growth was not accompanied by a proportional expansion of credit. Although all states recorded increases in the Financial Inclusion Index, the relationship with economic and social performance varied, with Piauí standing out positively. Indebtedness, especially from credit cards, increased, but without a uniform pattern related to default rates, highlighting the importance of financial education for responsible credit use.

Keywords: Northeast Brazil. Financial inclusion. Credit market. Economic development. Central Bank of Brazil. Indebtedness. Default.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 INCLUSÃO FINANCEIRA E CRESCIMENTO DA RENDA: REVISÃO DA LITERATURA	12
2.1 OS INDICADORES DE INCLUSÃO FINANCEIRA	19
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	23
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	26
4.1 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE INCLUSÃO FINANCEIRA.	26
4.2 A RELAÇÃO ENTRE INCLUSÃO FINANCEIRA E OS INDICADORES ECONÔMICOS.	40
4.3 INCLUSÃO FINANCEIRA, ENDIVIDAMENTO E A INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS.	49
5 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1 INTRODUÇÃO

A importância dos serviços prestados pelos intermediários financeiros, especialmente do crédito, para a economia é amplamente discutida na literatura econômica. O acesso ao crédito para empresas e famílias estimula o investimento e o consumo, favorecendo o crescimento da renda. No entanto, estudos mostram um padrão histórico de desigualdades na distribuição desses serviços, tanto no aspecto locacional (com serviços concentrados em regiões mais desenvolvidas e próximos aos grandes centros urbanos), quanto no tipo de crédito disponibilizado (com limitações no volume de crédito, baixa maturidade em termos de prazos e nos pacotes de serviços oferecidos ao público das regiões mais periféricas)¹.

No Brasil, esse padrão foi reforçado ao longo dos anos pelo fato de o serviço de crédito ser oferecido por bancos comerciais (agências físicas) que, além da elevada concentração geográfica, apresentava também concentração institucional, implicando em um ambiente de baixa concorrência. Esta concentração associada a outras questões relacionadas ao mercado de crédito brasileiro - como custos de transação elevados e a assimetria de informações - limitavam a disponibilidade e o acesso ao crédito, principalmente para famílias de baixa renda e empresas de menor porte, impactando na economia.

Estas disparidades resultam em um quadro de “exclusão financeira” (processo em que grupos sociais pobres e desfavorecidos são “impedidos” de acessar o sistema financeiro), concentrado principalmente no Norte e Nordeste, regiões que apresentam os piores resultados em termos de desabastecimento de agências bancárias. Segundo estudo do BCB - Banco Central do Brasil (2011), em 2010, dos 1.794 municípios nordestinos, 937 (52%) não possuíam agências bancárias, o que correspondia a 44% de todo o déficit nacional. Na época, a presença de agências tinha um peso significativo, pois os serviços financeiros digitais ainda eram pouco disseminados.

¹ Para detalhes ver: Galeano e Feijó (2011), Chick (1986), Chick e Dow (1988) Dow (1990; 1999) Amado (1997), Dutra, Feijó e Bastos (2017).

Para resolver o problema desta exclusão e promover Inclusão Financeira (IF), o BCB passou a atuar mais efetivamente, a partir de 2010, para melhorar o acesso ao crédito. A promoção da inclusão financeira consolida-se como estratégia essencial para o crescimento da renda, o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais. Assim o tema ganhou destaque no BCB que, na revisão de seu planejamento, passou a considerar a “promoção da inclusão financeira” entre seus objetivos estratégicos.

Para isso, a instituição reforçou medidas antigas como ampliação de pontos de atendimento e das cooperativas de crédito; e introduziu novas ações e inovações regulatórias, com o objetivo de melhorar o acesso e os custos do crédito para famílias e empresas de menor porte. Aqui destacam-se: o “cadastro positivo”, que reduz a assimetria de informações, diminuindo o risco e aumentando a concorrência no mercado de crédito; a “duplicata eletrônica e registro centralizado de garantias” para reduzir custos administrativos, reforçar a obediência aos contratos e a execução de garantias; e, o *open banking*, os bancos digitais e as *fintechs* de crédito, para aumentar a concorrência no mercado de crédito.

Segundo o BCB (2022), espera-se que essas ações e inovações regulatórias, contribuam para ampliar a competição e, conseqüentemente a inclusão financeira por reduzirem a burocracia no acesso ao crédito, favorecendo, adicionalmente, a oferta (reduzindo as restrições) para regiões e segmentos (pessoa física e jurídica) cujo acesso ao crédito é tradicionalmente mais restrito (caso das famílias de baixa renda, micro e pequenas empresas e empreendedores), com impactos na economia real.

Nesse contexto, **esse trabalho busca responder a seguinte questão:** As inovações no mercado de crédito resultaram em maior inclusão financeira e melhora nos indicadores econômicos dos estados do Nordeste entre 2010 e 2021?

Estão sendo consideradas como “inovações no mercado de crédito”, as mudanças implementadas pelo BCB que ampliaram, introduziram ou reconheceram (por meio de ações e resoluções), “instituições” e instrumentos que têm potencial de facilitar o acesso da população (pessoa física e jurídica) ao sistema financeiro, especificamente o acesso ao crédito, a saber: i) a ampliação dos Postos de Atendimento e dos Correspondentes Bancários – que passaram a cumprir um papel relevante na democratização do acesso a serviços financeiros, sobretudo em municípios com baixa densidade populacional, visto

que, podem oferecer serviços financeiros de forma simplificada sem precisar de uma maior estrutura; ii) As cooperativas de crédito (Resolução 3.859 de 2010) e as *fintechs* de crédito (regulamentadas pelas Resoluções 4.656 e 4.657 de 2018); e, os bancos digitais.

Assim, o trabalho visa compreender se estes fatores levaram a expansão do crédito e da inclusão financeira no Nordeste, e se isso proporcionou maior crescimento da renda e melhora em indicadores sociais no período analisado. O foco recai sobre a relação entre os canais de acesso, as transações de crédito a renda e os indicadores de desenvolvimento, buscando evidências que confirmem a hipótese de que a inclusão financeira contribuiu efetivamente para o crescimento e desenvolvimento econômico.

Portanto, o **objetivo geral** do trabalho é: Analisar se as inovações no mercado de crédito resultaram em maior inclusão financeira e melhora nos indicadores econômicos dos estados do Nordeste entre 2010 e 2021. Para tanto, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**:

i) Analisar a evolução dos indicadores de inclusão financeira (canais de acesso ao sistema financeiro formal) e sua relação com o volume de crédito transacionado;

ii) Analisar a relação entre IF e a evolução de indicadores econômicos e sociais (PIB, PIB per capita, IDH, rendimento domiciliar per capita e taxa de pobreza);

iii) Analisar se o aumento da IF aumentou o endividamento e a inadimplência das famílias.

Para o desenvolvimento dos objetivos propostos, o presente trabalho está dividido, além desta introdução, em mais quatro capítulos. O segundo capítulo apresenta a revisão da literatura, que trata dos conceitos de inclusão financeira amplamente discutidos por diversos autores. O terceiro capítulo apresenta a metodologia usada na realização da pesquisa. O quarto capítulo traz a análise e discussão dos resultados. E, por fim, o último capítulo apresenta a conclusão.

2 INCLUSÃO FINANCEIRA E CRESCIMENTO DA RENDA: REVISÃO DA LITERATURA

O movimento em favor da Inclusão Financeira (IF) surgiu, Segundo Ozili (2020), na década de 1980, após as críticas do economista Robert Ayres ao Banco Mundial, nas quais destacou que as estratégias desenvolvidas pela instituição aumentaram a desigualdade entre ricos e pobres.

Inclusão financeira é o processo que busca disponibilizar e facilitar o acesso efetivo e o uso de serviços financeiros para toda as pessoas, garantindo que os serviços sejam adequados às necessidades da população, contribuindo assim em sua qualidade de vida (Gonzalez, Deak, Prado, 2018, *apud* Clodoaldo, 2020). Mais que isso, a inclusão financeira deve garantir o acesso a serviços financeiros e a oferta de crédito de forma oportuna e adequada, quando necessário, para grupos vulneráveis, como as camadas mais frágeis da população e os grupos de baixa renda, a um custo acessível (Comitê Rangarajan, 2008 *apud* Sarma, *et al.* 2008).

Nos anos de 1990, o debate sobre a importância da inclusão financeira foi ampliado ao se abordar um conceito mais amplo, o de cidadania financeira que foi apresentado pela primeira vez por Leyshon e Thrift (1995). No entanto, os dois fenômenos estavam relacionados ao mesmo processo: o fato de que grupos sociais pobres e desfavorecidos eram “impedidos” de acessar o sistema financeiro, processo que ficou conhecido como "exclusão financeira". Ademais, destacou-se a capacidade desse processo de impulsionar o desenvolvimento econômico desigual, ampliar o declínio econômico e ascender problemas ou desigualdades sociais.

A exclusão financeira, segundo Kempson e Whyley (1999, *apud* BCB, 2015, p.143), pode se manifestar de cinco formas distintas: i) “exclusão de acesso” - quando os serviços não estão fisicamente disponíveis - está relacionada ao fato de que segmentos da população não usufruem de serviços financeiros em virtude da localização remota das unidades bancárias, associadas à baixa capilaridade do sistema financeiro; ii) “exclusão de condição” - relacionada às exigências para o acesso aos serviços financeiros que são inadequadas aos perfis da população; iii) “exclusão de preço” - associada ao alto custo dos

serviços; iv) “exclusão de mercado” - quando certos grupos não são considerados público-alvo das instituições; e, v) “auto exclusão” - quando o indivíduo opta por não utilizar os serviços por questões culturais, psicológicas ou ideológicas.

A partir dos anos 2000 o tema foi incluído pelo Banco Mundial como uma agenda global de desenvolvimento, que tem como objetivo aumentar a participação dos cidadãos no sistema financeiro dos seus países. Em 2009, na reunião da Cúpula dos países do G20, o tema ganhou mais notoriedade. O Grupo reconheceu que eliminar a exclusão financeira (ou promover a inclusão financeira), contribui para o desenvolvimento econômico e para a promoção da justiça social, especialmente por meio do financiamento de pequenas e médias empresas e da ampliação do acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros e se comprometeu a aumentar o nível de inclusão financeira no mundo. (BCB, 2010). Desde então, a inclusão e cidadania financeira passou a ser objeto de crescente atenção por parte de instituições internacionais e nacionais, em especial após o avanço das tecnologias digitais e a intensificação das políticas públicas voltadas à democratização do crédito (OZILI, 2020).

No Brasil, o movimento para promoção da inclusão e cidadania financeira foi consolidado por meio da atuação do Banco Central do Brasil (BCB) que, a partir de meados da década 1990, iniciou o processo de avaliação e estudos visando o aumento da oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda, por considerar como elemento de fundamental importância no combate à desigualdade social no país.

Desde então, a instituição junto com o Conselho Monetário Nacional (CMN) passou a desenvolver esforços contínuos para ampliar e proporcionar melhores condições de acesso da população aos serviços financeiros, por meio da regulamentação de matérias. Neste aspecto destacam-se: a regulamentação (Resolução nº 3.156/2003) que permitiu que todas as instituições autorizadas pelo BCB possam contratar correspondentes, aumentando o escopo de serviços e atores envolvidos. Como resultado dessa iniciativa, todos os municípios do país passaram a ter disponível algum canal de prestação de serviço financeiro a sua população. A Resolução nº 3.058/2002 que possibilitou a criação de cooperativas de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores, ampliando a participação do microcrédito nas operações realizadas pelas cooperativas. E a Resolução nº 3.106/2003 que permite a constituição de cooperativas com livre admissão de associados, respeitados os limites demográficos da área de atuação, além da ampliação

de exigências que fortaleceram o papel das cooperativas centrais de crédito (Soares; Balliana, 2009).

Entendendo a inclusão financeira como o processo ou estado no qual toda a população tem acesso e faz uso, de maneira simples, equilibrada e consciente, de “serviços financeiros adequados” às suas necessidades, que proporcionem ganhos de bem-estar ao cidadão, de maneira conveniente e por preços acessíveis, O BCB (2010; 2015) destaca que a ênfase em “serviços financeiros adequados” é para evidenciar o fato de que nem tudo o que é ofertado no mercado contribui, necessariamente, para o bem-estar da população e para a estabilidade da economia como um todo. Além disso, o processo de IF deve ser entendido como um meio para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e não como um fim em si mesmo.

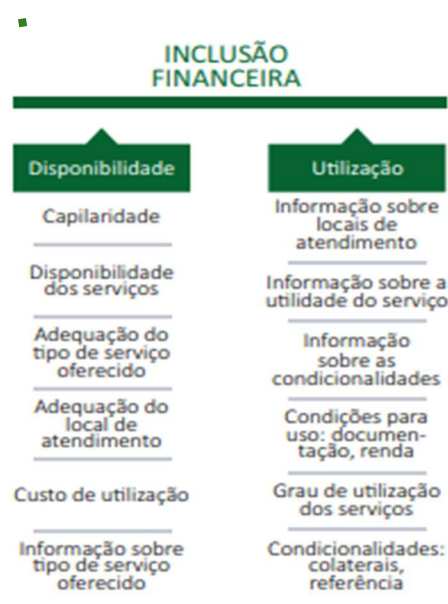
Nesta perspectiva, a instituição passou a adotar, a partir de 2010, uma postura mais proativa, promovendo a inclusão financeira como um objetivo institucional vinculado à promoção da eficiência do Sistema Financeiro Nacional. Essa estratégia envolveu desde medidas normativas até programas de estímulo ao microcrédito e à educação financeira, além da criação da Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF), lançada em 2011 (BCB, 2015). Para consolidar a IF, a instituição passou a implementar algumas ações e inovações regulatórias como o cadastro positivo, o *open banking*, os bancos digitais e as *fintechs* de crédito. O objetivo é aumentar a concorrência no mercado de crédito e com isso melhorar o acesso e os custos do crédito para famílias e empresas de menor porte. A instituição espera que estas ações e inovações contribuam para ampliar a competição e a inclusão financeira por reduzirem a burocracia no acesso ao crédito, favorecendo, adicionalmente, a oferta (reduzindo as restrições) para regiões e segmentos (pessoa física e jurídica) cujo acesso ao crédito é tradicionalmente mais restrito (caso das famílias de baixa renda, micro e pequenas empresas e empreendedores), com impactos na economia real BCB (2022).

Estas ações estão em linha com a literatura que aponta as inovações financeiras como um dos fatores importantes para a IF. Ozil (2020), destacou que além do nível de inovação financeira, os níveis de pobreza, a estabilidade do setor financeiro, a situação da economia, o nível de alfabetização financeira e os marcos regulatórios, que variam entre os países, são fatores que afetam e influenciam o processo de inclusão financeira.

O Processo de inclusão financeira, assim como seu conceito, é multidimensional, mas, de forma geral, podem ser resumidas em três dimensões principais²: i) acesso, que diz respeito à oferta e disponibilidade de serviços financeiros; ii) uso, relacionado à regularidade e abrangência com que esses serviços são utilizados; e, iii) qualidade, que se refere à adequação dos produtos às necessidades dos consumidores e à eficácia dos canais de atendimento. A inclusão financeira não é um estado único (do tipo, os agentes estão incluídos ou não estão), mas apresenta níveis. É um processo que ocorre de forma gradual e dinâmica, com a implementação de medidas adequadas (BCB, 2010; 2015).

Promover inclusão financeira é desenvolver novos mecanismos que facilitem o acesso e a utilização dos serviços financeiros para a população. Essa perspectiva amplia o entendimento tradicional, que muitas vezes limita o acesso a contas bancárias, e incorpora diversas dimensões funcionais do sistema financeiro. O objetivo não é apenas garantir que toda a população utilize os serviços financeiros, mas também assegurar que todos saibam que esses serviços estão disponíveis para serem utilizados. A Figura 01 mostra os fatores que são considerados determinantes para IF e envolve a disponibilidade de informações sobre o tipo e a utilidade do serviço oferecido, os locais de atendimento, o custo de utilização e a capilaridade dos serviços.

Figura 01: Fatores Determinantes da IF



Fonte: PR-SAE, 2014 apud BCB, 2018.

² Dimensões corroboradas pela “Alliance for Financial Inclusion” (AFI) e pelo *Global Partnership for Financial Inclusion* do G20.

Em um país com as dimensões territoriais como o Brasil e histórico de uma grande desigualdade regional na oferta de produtos financeiros e na presença de instituições bancárias³, a capilaridade bancária, ou seja, a capacidade das instituições financeiras alcançarem regiões mais afastadas das grandes zonas urbanas e atingir populações de baixa renda, seja pelo acesso ao meio físico ou digital, é considerada um dos pilares fundamentais para a ampliação da inclusão financeira (BCB, 2011).

A partir de 2012, o Banco Central ampliou suas estratégias para incluir o conceito de cidadania financeira como um objetivo mais amplo para seu público-alvo. Cidadania financeira diz respeito à possibilidade de um indivíduo acessar serviços e produtos financeiros de forma adequada, mas também que tenha capacidade de tomar decisões acertadas e responsáveis sobre os produtos e serviços disponíveis, ou seja, envolve o pleno exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres dos cidadãos sobre suas finanças (BCB, 2018); e isso só é possível com acesso à informação, o que torna a educação financeira fundamental (MEDHAT, 2020).

Segundo Berry e Serra (2012), a cidadania financeira é um meio que assegura à população a possibilidade de participar ativamente das decisões coletivas relacionadas ao sistema financeiro. Esse processo, fundamentado em princípios democráticos, além da inclusão financeira, também confere aos cidadãos o direito de acompanhar e fiscalizar as ações das instituições financeiras, atribuindo-lhes responsabilidades enquanto usuários inseridos nesse sistema.

A cidadania financeira envolve quatro processos. São eles: i) a inclusão financeira - para que as pessoas tenham acesso efetivo e informações sobre quais serviços se adequam às suas necessidades; ii) a educação financeira - para fornecer informação e conhecimento, melhorando a compreensão dos indivíduos sobre produtos, conceitos e riscos financeiro e proporcionando confiança para que administrem seus recursos com responsabilidade; iii) a proteção ao consumidor - que garante um ambiente financeiro seguro e confiável para os consumidores para que não estejam sujeitos a práticas injustas

³ Como mostram os trabalhos de Chick e Dow (1988), Alexandre, Lima e Canuto, (2005); Corrêa, (2006); Dutra, Feijó e Bastos (2017).

ou enganosa; e, iv) participação dos cidadãos no diálogo sobre o sistema financeiro (BCB, 2018).

Assim, a inclusão financeira, fator importante para a cidadania financeira, ao permitir o acesso aos serviços financeiros a uma parcela maior da população, vem sendo colocada como um fator que pode contribuir para o crescimento da renda e com o desenvolvimento econômico. Segundo o BCB (2015), a inclusão financeira é um vetor importante para o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades. O acesso a serviços financeiros permite que famílias e pequenos empreendedores possam planejar, investir e proteger-se de riscos financeiros, o que favorece o crescimento da renda e o consumo sustentável.

Esta percepção de que os serviços financeiros podem impactar a economia já havia sido apresentada por Schumpeter (1978) quando argumentou que o crédito era um dos elementos fundamentais do processo de desenvolvimento econômico, por ser um complemento monetário da inovação.

Seguindo essa linha, vários trabalhos indicam que o acesso a produtos financeiros, como crédito, seguros e instrumentos de poupança, contribui significativamente para a melhoria das condições de vida. Este acesso estimula investimentos em áreas fundamentais como educação, saúde e habitação, favorecendo um ciclo positivo de crescimento econômico e inclusão social (Sarma; Pais, 2011; Cull; Morduch, 2018, apud Eduardo, 2024).

De La Torre, Gozzi e Schmukler (2007) sustentam que o desenvolvimento financeiro estimula o processo de crescimento, uma vez que permite aos empreendedores um acesso mais amplo ao crédito e a produtos financeiros, expandindo, assim, as oportunidades econômicas. Segundo Demirgüç-Kunt et al. (2017), a inclusão financeira não só reduz a pobreza, mas também contribui para o crescimento econômico, promovendo o desenvolvimento de pequenas e médias empresas, que são frequentemente excluídas do sistema de crédito formal. Para Gordon (2017), a inclusão financeira é crucial para qualquer estratégia de crescimento sustentável, pois, em uma economia inclusiva, atividades e estruturas econômicas de produção envolvem uma maior parcela da força de trabalho. Para o BCB (2011), maiores níveis de inclusão podem estar atrelados a um melhor nível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Para além disso, destaca-se o ciclo virtuoso gerado entre uma inclusão financeira (adequada) e a cidadania financeira. Este ciclo envolve maior eficiência do sistema financeiro nacional, maior eficácia na política monetária, crescimento da indústria financeira (pelo lado da oferta), maior acesso ao sistema formal (pelo lado da demanda), permitindo melhorias na qualidade de vida da população. Além disso, ao proporcionar maior capilaridade dos serviços, promover a educação financeira e estimular a participação cidadã, cria-se um ambiente propício à mobilização de recursos para poupança e investimento, elementos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo. Este acesso a instrumentos financeiros de forma responsável contribui para a superação da pobreza e a promoção de condições de vida mais dignas, favorecendo especialmente populações vulneráveis como mulheres, jovens e microempreendedores (BCB, 2018; 2021).

A Organização das Nações Unidas (ONU) também reconhece que ampliação do acesso a serviços financeiros é um elemento fundamental para promover o desenvolvimento social e econômico. Nesse sentido, a “Agenda 2030 da ONU”, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelece metas que relacionam diretamente a inclusão financeira à superação da pobreza, à promoção da igualdade de gênero, ao crescimento econômico com equidade e consequente diminuição das desigualdades sociais. Dessa forma, acredita-se que a maior inclusão financeira, proporcionadas pelas ações do Banco Central podem promover melhoras nos indicadores econômicos e sociais nos estados do Nordeste.

No entanto, embora, o desenvolvimento de um país seja suportado por um sistema financeiro bem estruturado e acessível, que permita disponibilidade e uso de um sistema de qualidade, Córdova, Diniz e Gonzalez (2014) destacam que, a população possuir acesso ao sistema, não necessariamente significa obter condições de usufruir de um determinado serviço. Ademais, o acesso ampliado ao crédito proporcionado pela IF precisa ser acompanhado de educação financeira, garantindo que a população saiba utilizar esses recursos de forma sustentável. Sem isto, corre-se o risco de um maior endividamento e inadimplência das famílias. Ao permitir maior acesso ao crédito, e consequentemente maior capacidade de consumo, a IF pode levar ao aumento do produto (puxado pelo consumo), mas também do endividamento, podendo ter consequências sobre a inadimplência.

Alguns trabalhos têm destacado que a maior disponibilidade de crédito para as famílias, crédito não produtivo, parece impedir o crescimento, um efeito contrário ao que ocorre com os empréstimos para investimento (Huang; Lin, 2009). Os resultados de Beck, Degryse e Kneer (2014), também mostram evidências de que o crédito para empreendedores parece estimular o crescimento mais que o crédito doméstico. Hodula (2023) encontra evidências de que o acesso às novas opções de crédito (*fintechs e big tech credit*) está associado à redução da desigualdade de renda.

Dada a importância de proporcionar maior acesso da população aos serviços financeiros, o Banco Central brasileiro criou um indicador para mensurar a inclusão financeira dos estados brasileiros. Aspectos gerais deste indicador serão apresentados na próxima seção.

2.1 OS INDICADORES DE INCLUSÃO FINANCEIRA⁴

Promover a inclusão financeira é desenvolver mecanismos que facilitem o acesso e a utilização dos serviços financeiros para a população. O acesso aos serviços financeiros e, conseqüentemente a disponibilidade deles por parte das instituições, é feita através dos canais de acessos, que podem ser físicos ou digitais. Os canais digitais se destacam por permitir o acesso através de *call centers*, *internet banking* e os aplicativos para celulares e *tablets*. Os canais físicos ou tradicionalmente conhecido como pontos de atendimentos, são constituídos por agências bancárias, cooperativas de crédito, correspondentes bancários e postos de atendimento.

As cooperativas de crédito são instituições formadas pela associação de pessoas para prestar serviços financeiros exclusivamente aos seus associados. Sua rede de atendimento pode ser ampliada por meio dos postos de atendimento (PACs), respeitando os limites de sua área de atuação. Podem também instalar postos de atendimento eletrônico. Dada sua funcionalidade, as cooperativas de crédito atuam para minorar a exclusão financeira, contribuindo para atender as necessidades de um público particular (Crocco; Santos; Figueredo, 2013). Assim, atuam como fonte suplementar na oferta de

⁴ Essa seção se baseia no Relatório de Inclusão Financeira (RIF) do BCB (2010, 2011, 2018). Para maiores detalhes sobre a metodologia de cálculo consultar o RIF.

crédito nas áreas em que possuem atuação e têm potencial de melhorar as condições de competição bancária.

Correspondentes bancários são empresas contratadas por instituições financeiras para prestar uma gama de serviços em nome e sob responsabilidade da instituição contratante. Todas as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB podem contratar correspondentes para a prestação de serviços de atendimento a seus clientes e usuários. São exemplos de correspondentes as casas lotéricas, postos dos correios, padarias, lojas e supermercados.

Os correspondentes constituem importante interface entre o sistema financeiro e a população, ao intermediarem serviços de pagamento, recebimento e movimentações de contas. Além disso, podem receber propostas de abertura de conta, de operações de crédito e de fornecimento de cartões de crédito e encaminhá-las à instituição contratante. Apesar de ser autorizado a prestar significativa variedade de serviços, esse tipo de canal apresenta certas limitações. Por exemplo, não possui autonomia decisória para a abertura de contas ou concessão de empréstimo. Além disso, os correspondentes não compõem a rede de dependências da instituição contratante. São, em geral, empresas já existentes que prestam outros tipos de serviços. A regulamentação limita a possibilidade de contratação, como correspondente, de entidade cujo propósito exclusivo ou principal seja a própria atuação como correspondente.

Os postos de atendimento são uma extensão das agências bancárias e cooperativas, para os quais não é necessária autorização do Banco Central para o seu funcionamento, bastando uma comunicação prévia. São compostos por: i) Postos de Atendimento Bancário (PAB); ii) Postos de Atendimento de Cooperativas de Crédito (PAC) - vinculado às cooperativas de crédito; iii) Postos de Atendimento Avançado (PAA) estão vinculados a dependências de banco múltiplo com carteira comercial, banco comercial ou caixa econômica; iv) *Point of Sale* (POS) - dispositivos eletrônicos menores (maquinhas) utilizados no comércio para realização de pagamentos através dos cartões de crédito, débito e pré-pagos; e, v) Postos de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE) que oferece serviços financeiros através de dispositivos eletrônicos – O PAE é formado por um conjunto de ATM's (Automatic Teller Machine) ou “caixa eletrônico. Assim, oferece serviços como saques, transferências, pagamentos, depósitos e emissão de extratos. Sua instalação pode ocorrer em qualquer parte do país, sem restrições relacionadas à

existência de outro canal de acesso no local. Localizam-se, por exemplo, em antessala de agências bancárias, em supermercados, aeroportos, shoppings e farmácias.

Diferentemente das agências e cooperativas, que oferecem um leque maior de serviços, os postos de atendimento têm ofertas mais restritas, com grau de autonomia limitado, especialmente quanto à abertura de contas bancárias e à contratação de operações de crédito. Geralmente, esses postos estão localizados em instituições públicas, privadas ou em praças que estejam desassistidas por agências bancárias ou outros tipos de postos de atendimento.

Todos estes canais garantem, portanto, maior acesso por parte da população aos serviços financeiros, tornando o nível da inclusão financeira maior. Assim, percebe-se como já destacado, que o processo de inclusão financeira, assim como seu conceito, é multidimensional. A inclusão financeira não está associada apenas ao acesso a contas bancárias, ela envolve um conjunto mais amplo de instrumentos e dimensões do sistema financeiro. Para capturar as diferentes dimensões, o BCB (2011) criou o Índice de Inclusão Financeira (IIF)⁵ que utiliza dezoito indicadores, agregados em três dimensões, duas dimensões relacionadas ao acesso (disponibilidade geográfica e demográfica) e uma dimensão relacionada ao uso, a saber:

i) A dimensão disponibilidade geográfica (quantidade por 1.000 Km²): são agências bancárias, correspondentes bancários, cooperativas e postos de atendimento que se dividem em Posto de Atendimento Bancário (PAB), Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE), Posto de Atendimento de Cooperativas de Crédito (PAC) e Posto Avançado de Atendimento (PAA);

ii) A dimensão disponibilidade demográfica (quantidade por 10.000 adultos): são agências bancárias, correspondentes bancários, cooperativas e postos de atendimento que se dividem em Posto de Atendimento Bancário (PAB), Posto de Atendimento Bancário Eletrônico (PAE), Posto de Atendimento de Cooperativas de Crédito (PAC) e PAA; e,

⁵ Para detalhes sobre a metodologia de cálculo desse índice, consultar o Relatório de Inclusão Financeira de 2011, Cap. 06.

iii) A dimensão uso - refere-se à efetiva utilização de serviços pelas pessoas que possuem contas. os indicadores são: razão crédito/PIB, crédito (R\$ milhões) por 1.000 adultos, razão depósitos /PIB, depósitos (R\$ milhões) por 1.000 adultos.

A inclusão financeira não é um estado único (do tipo, os agentes estão incluídos ou não estão), mas apresenta níveis. Assim, não existe um valor único ou padrão para o IIF. Quanto maior o IFF maior a inclusão financeira.

Contudo, a efetivação da inclusão enfrenta obstáculos relevantes, sobretudo em países com grande desigualdade territorial como o Brasil. Diante desse cenário, alternativas como os Postos de Atendimento e os correspondentes bancários passaram a cumprir um papel relevante na democratização do acesso a serviços financeiros, sobretudo em municípios com baixa densidade populacional. Já que os pontos de atendimento e correspondentes podem oferecer serviços financeiros de forma simplificada sem precisar de uma grande estrutura. Assim, a evolução destes indicadores, em suas dimensões geográfica e demográfica, complementado com IIF do Banco Central, serão a base para a discussão da evolução da IF e seus efeitos no Nordeste, que é o objetivo deste trabalho.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução da inclusão financeira no Nordeste brasileiro, relacionando-a aos indicadores de crescimento econômico e social no período de 2010 a 2021.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e descritiva. É considerada bibliográfica porque se fundamenta em material já publicado, como livros, artigos acadêmicos, teses e relatórios de pesquisa, com o intuito de analisar a evolução da inclusão financeira e seus impactos sobre os indicadores econômicos e sociais da região Nordeste. Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador entrar em contato com o que já foi produzido sobre o tema, constituindo-se numa importante base teórica para o desenvolvimento do estudo. É também descritiva, pois busca observar, analisar e correlacionar os fenômenos estudados sem intervenção do pesquisador, de modo a descrever com precisão as características e os comportamentos das variáveis investigadas, como orientam Marconi e Lakatos (2010).

A natureza da pesquisa é aplicada, uma vez que visa produzir conhecimentos voltados à resolução de problemas práticos, especialmente no que se refere ao desenvolvimento regional e à formulação de políticas públicas relacionadas à inclusão financeira no Nordeste. Segundo Cartoni (2011), a pesquisa aplicada tem por finalidade gerar soluções práticas para questões concretas, sendo orientada por demandas sociais ou institucionais específicas.

Os procedimentos técnicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A bibliográfica baseou-se na análise de publicações acadêmicas e institucionais sobre o tema da inclusão financeira e desenvolvimento econômico. Já a documental consistiu na utilização de dados secundários obtidos em fontes oficiais e confiáveis, como o Banco Central do Brasil (BACEN), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Confederação Nacional do Comércio (CNC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Para análise da relação da inclusão financeira com indicadores econômicos, sociais, de endividamento e inadimplência foram utilizados dados secundários referentes às seguintes variáveis:

Indicadores de inclusão financeira, como: número de agências, postos de atendimento e correspondentes bancários; quantidade de adultos com relacionamento bancário; número de pontos de atendimento por 10 mil habitantes; densidade de pontos de atendimento por km²; quantidade de terminais de autoatendimento (ATMs) e pontos de venda (POSs). Esses dados foram extraídos do Banco Central do Brasil (BACEN). No entanto, alguns dados que compõem os indicadores para obtenção dos aspectos das dimensões da inclusão financeira, como a quantidades de PAB, PAE, PAC, não possui dados por estados do nordeste, mas apenas o total da região. Outro fator a destacar foi a indisponibilidade de dados do PAA, que é um dos indicadores mencionado na revisão.

Indicadores econômicos e sociais, como: população estimada do Nordeste, volume de transações de crédito, Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita, rendimento domiciliar per capita médio, taxa de pobreza e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), obtidos por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e, PIB dos estados nordestinos, dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Indicadores de endividamento e inadimplência, como: tipos de dívidas, famílias endividadas, famílias com contas em atraso e não terão condição de pagar contas em atraso, obtidos através Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

A análise dos dados foi conduzida com uma abordagem mista, integrando métodos quantitativos e qualitativos. No plano quantitativo, os dados foram organizados em tabelas e gráficos, com o objetivo de facilitar a visualização e a compreensão das tendências ao longo do período analisado. Foram utilizadas técnicas estatísticas básicas, como o cálculo de médias e variações percentuais, e a taxa média de crescimento anual de variáveis, permitindo uma interpretação objetiva e direta dos principais indicadores. A taxa média de crescimento anual foi calculada por:

$$\bar{x} = \left[n \sqrt{\frac{X_t}{X_{t-n}}} - 1 \right] X 100$$

Na dimensão qualitativa, realizou-se uma análise descritiva e comparativa, interpretando os dados com base no contexto socioeconômico dos estados nordestinos. Essa abordagem buscou compreender como a trajetória da inclusão financeira se relaciona com o desenvolvimento regional, enfocando políticas públicas e transformações sociais ocorridas entre os anos de 2010 e 2021.

A combinação dessas abordagens possibilitou uma análise mais completa e crítica dos fenômenos estudados, contribuindo para uma melhor compreensão da realidade nordestina no que se refere à inclusão financeira e seus reflexos socioeconômicos.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

O principal objetivo desse trabalho é analisar se é possível afirmar que as inovações no mercado de crédito, resultaram em maior inclusão financeira e, se a inclusão levou a melhora nos indicadores econômicos (conforme previsto pela literatura anteriormente apresentada) nos estados do Nordeste entre 2010 e 2021. Para tanto, o capítulo está dividido em três seções. A primeira seção apresenta a evolução dos indicadores de inclusão financeira, focando nas dimensões de acesso e uso. Na segunda seção é analisado o comportamento dos indicadores econômicos e sociais perante a evolução da IIF e na terceira seção se a evolução do IIF aumentou o número de famílias endividadas e se isto implicou em inadimplência.

4.1 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE INCLUSÃO FINANCEIRA.

Como já estacado, desde 2010 o Banco Central vem adotando uma postura mais incisiva para garantir maior eficiência do sistema financeiro nacional e promover uma inclusão ou acesso mais amplo da população aos serviços financeiros. Um dos principais fatores que determinavam a inclusão financeira, antes da facilidade proporcionada pelos bancos e contas digitais (que ganharam força a partir de 2013), era a capacidade de capilaridade bancária, ou seja, a capacidade dos bancos de alcançar mais municípios com serviços financeiros.

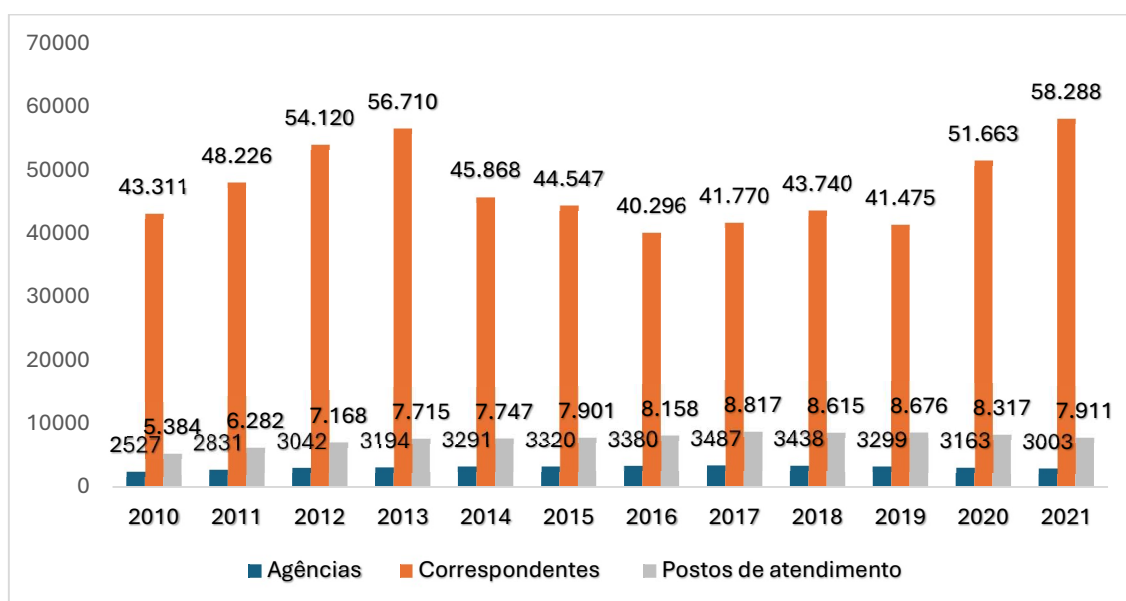
No Nordeste, os principais meios usados para ampliar a prestação dos serviços foram os correspondentes bancários e os postos de atendimento, visto que a maioria dos municípios com menor densidade populacional apresentava déficit de agências bancárias. O Gráfico 01 mostra a evolução do crescimento de 2010 a 2021 das agências bancárias, correspondentes bancários e postos de atendimento - considerando os postos de atendimento de forma geral, sem distinguir entre Posto de Atendimento Bancário (PAB), Bancário Eletrônico (PAE) e Posto de Atendimento de Cooperativas de Crédito (PAC).

Os dados mostram que os Correspondentes Bancários (CB) estão em maior número na região. Em 2010 estes representavam 84% do total de canais de acessos na região, o

que pode ser explicado pela facilidade de poderem ser instalados em vários ambientes que são utilizados no dia a dia das pessoas (padarias, lojas, supermercados etc.), sem necessidade de estrutura própria. Em seguida temos os Postos de Atendimento (PA) que representavam 10% e as Agências Bancárias (AB) com 5%. Em 2021, correspondentes representavam 84%, postos de atendimentos 11% e agências 4%.

Gráfico 01: Nordeste

Quantidade Total dos Pontos de Atendimento Físicos - Canais de Acesso ao SFN (mil)
2010-2021



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados Bacen.

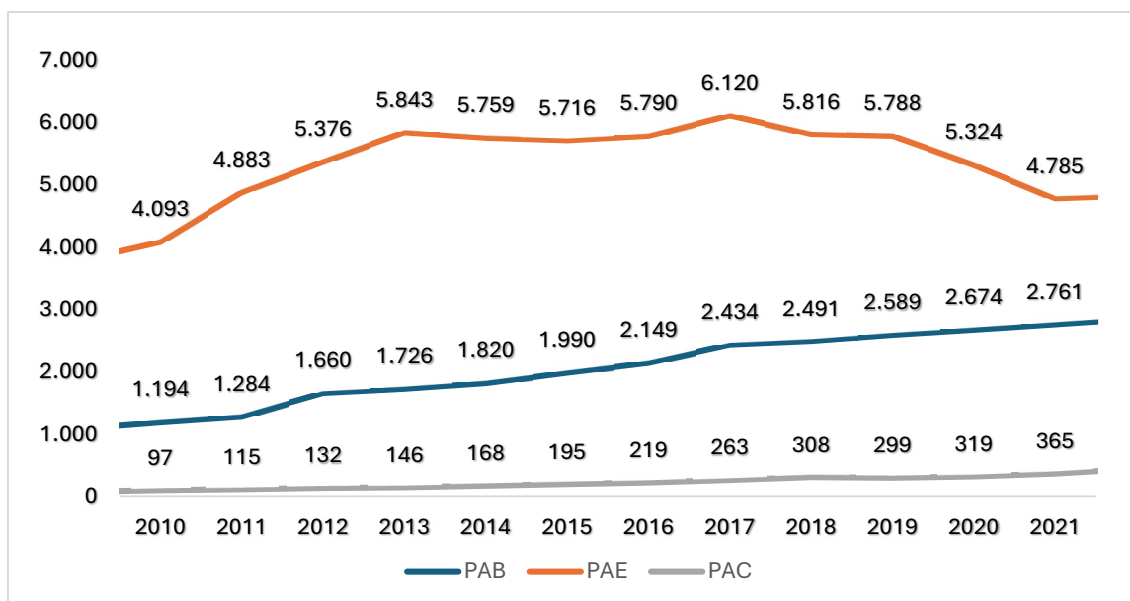
Além disso, observa-se que, apesar de variações pontuais - os correspondentes apresentando a maior variação, enquanto o número de agências e postos de atendimento se mantiveram mais estáveis - a quantidade de todos os canais aumentou no período estudado. Quando comparado 2021 com 2010, a quantidade de AB cresceu 19% (476 a mais que 2010), os CB 35% (14.977 a mais que 2010) e os PA 47% (2.527) - o maior crescimento do período. Isto também é corroborado pela taxa de crescimento médio anual que foi de 3,56% a.a (PA), 2,74% (CB) e 1,57% (AB).

É importante entender como esse crescimento dos postos de atendimento (que se destacou entre os outros canais) se comportou quando se analisa a evolução por tipos específicos. Isto é mostrado no Gráfico 02, que apresenta a evolução separada por PAB,

PAE e PAC. Segundo BCB (2011), com exceção do PAC que fornece crédito para as cooperativas, os postos de atendimento (PAB e PAE) da região Nordeste têm como foco principal serviços como abertura de poupança, saques e pagamento. Já nas regiões Sul e Sudeste, além destas funções, os postos se concentram também na captação de crédito.

Gráfico 02: Nordeste

Quantidade de Postos de Atendimentos por Tipo (mil) - 2010-2021



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados Bacen.

Em 2010, 76% dos postos de atendimentos eram do tipo eletrônico (PAE), 22% do tipo bancário (PAB) e 2% das cooperativas de crédito (PAC). Entretanto, no final do período (2021), a representação do total na região muda, do total de postos de atendimento, 35% são PAB, 5% PAC e, como verificado no gráfico PAE reduziu para 60%. Reformulando a composição no total de postos de atendimento da região.

Apesar da mudança na composição, os dados mostram um crescimento nos três tipos de PA entre 2010 e 2021. A quantidade de PAE supera os demais em todos os anos e isto pode ser justificado pela flexibilidade visto que são equipamentos de autoatendimento, automatizado, e podem ser instalados em qualquer localidade do país, inclusive em município em que a instituição não mantenha sede ou dependência, e podem ser colocados, por exemplo, em antessala de agências bancárias, em supermercados, aeroportos, shoppings e farmácias (BCB, 2011). O destaque foi para o crescimento do

PAC, apresentou maior taxa média de crescimento anual, em torno de 12,8% a.a, enquanto PAB cresceu 7,92% a.a e PAE 1,43% a.a. Em 2021, o PAC consolidou 268 unidades a mais do que o registrado em 2010, o PAB apresentou 1.567 e PAE 692.

Para avaliar se esse crescimento na quantidade de pontos de atendimento (como reportado no Gráfico 01) foi seguido de um maior acesso da população, a Tabela 01 apresenta a taxa de bancarização da população, ou seja, o percentual da população adulta com Relacionamento Bancário (RB) no Nordeste, sendo considerado pelo BCB, como população adulta pessoas a partir dos 15 anos.

Tabela 01: Nordeste

% População Adulta com Relacionamento Bancário (2011-2021)

Ano	Total de Adultos com RB (em milhões)	Pop. NE (milhões) ¹	%
2011	26	54	49%
2012	27	54	50%
2013	29	56	52%
2014	31	56	55%
2015	32	57	57%
2016	33	57	58%
2017	34	57	59%
2018	36	57	63%
2019	37	57	65%
2020	41	57	71%
2021	43	58	75%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados Bacen e IPEA.

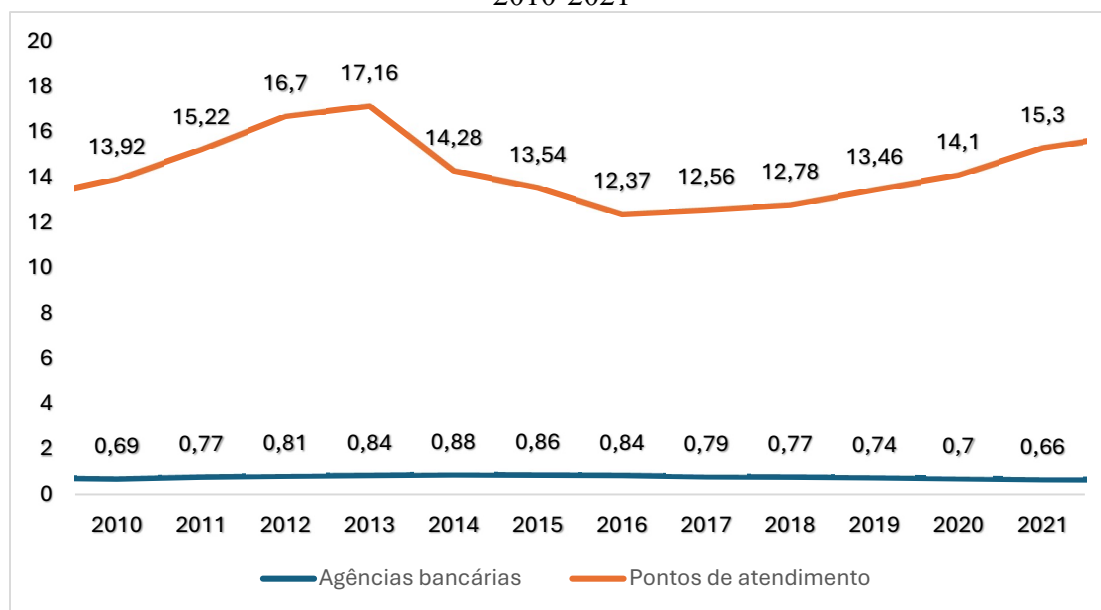
¹ população total estimada pelo Ipea.

Os dados acima mostram que o percentual da população do Nordeste com relacionamento bancário aumentou de 49% em 2011 para 75% em 2021, o que pode ser indicação de uma melhora na inclusão financeira. A taxa média de crescimento foi de aproximadamente 4,35% a.a. Vale destacar o resultado observado entre 2019 e 2020, quando houve um aumento de 9,23%. Este resultado reflete o período da pandemia, quando parte da população, para receber os auxílios emergenciais do governo, precisava possuir uma conta bancária.

Dois indicadores relevantes para a inclusão financeira, são os indicadores de acesso que refletem a disponibilidade demográfica e a disponibilidade geográfica. O indicador de disponibilidade demográfica mede a quantidade pontos de atendimento por 10.000

adultos. Os dados para o Nordeste estão no Gráfico 03, separados em agências bancárias e demais pontos de atendimento. Lembrando que, conforme destacado na revisão da literatura, pontos de atendimento (ou canais de acesso físicos aos serviços financeiros) incluem agências bancárias, postos de atendimento e correspondentes bancários.

Gráfico 03: Nordeste
Quantidade de Agências e Demais Pontos de Atendimento por 10 mil habitantes
2010-2021



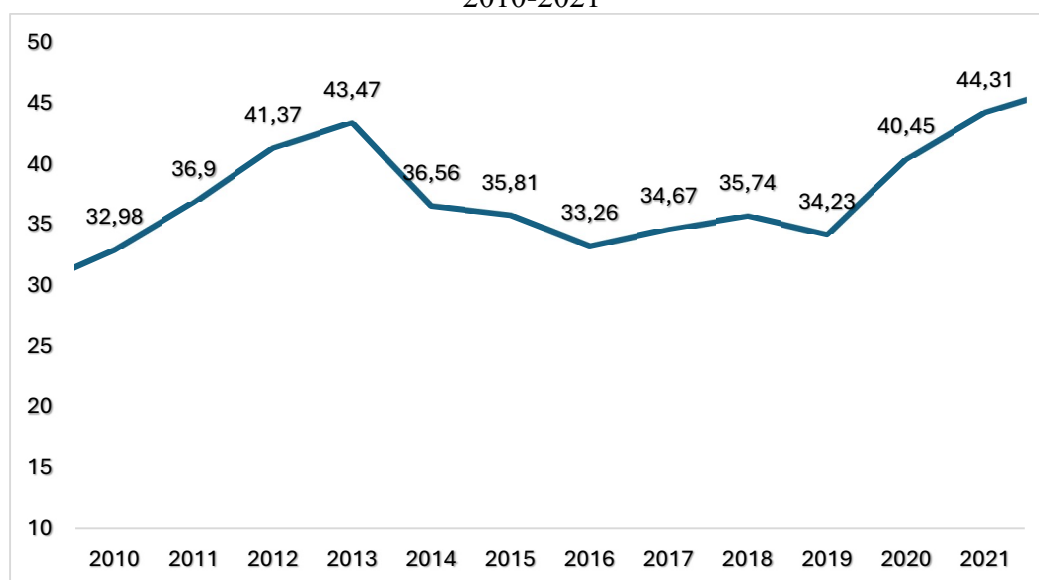
Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados Bacen.

Os dados mostram que a quantidade de pontos de atendimento por habitante, ou seja, a disponibilidade demográfica, aumenta de 2010 a 2013, mas a partir deste ano, sofre redução até 2016 quando, retorna o crescimento, porém em taxas menores ao do início do período. Confrontando este indicador com os dados do Gráfico 01, percebe-se que a redução é impactada pela diminuição dos correspondentes bancários no mesmo período. A partir de 2017, disponibilidade demográfica dos pontos de atendimento (PA) volta a crescer, mas em ritmo é mais lento porque os PAE, que possuem um número significativo, começam a reduzir. Ainda assim, em 2021, encontra-se uma quantidade de PA por 10 mil habitantes cerca de 11% maior do que em 2010. A disponibilidade demográfica dos PA cresceu em média 0,85% a.a., indicando que mais pessoas adultas estão sendo alcançadas pelos serviços financeiros destas instituições. Este indicador corrobora o fato de que, para ter inclusão financeira, os serviços não devem se limitar apenas às regiões com maior densidade populacional, embora exista uma correlação.

Em contrapartida, a disponibilidade demográfica das agências bancárias (AB) começa a reduzir a partir de 2014. Fatores como surgimento das primeiras *fintechs* de pagamento, instabilidade econômica, crescimento dos bancos digitais e a pandemia, com suas restrições de locomoção, podem ter influenciado nessa redução. A disponibilidade demográfica das AB reduziu em média 0,4% a.a.

O outro aspecto importante para análise de inclusão financeira, além da densidade de atendimento à população, é o comportamento da rede de atendimento em relação à área geográfica medido pelos indicadores de disponibilidade geográfica. No gráfico 04, observa-se o avanço da quantidade de pontos de atendimento por quilômetro quadrado.

Gráfico 04: Nordeste
Quantidade de Pontos de Atendimento por km²
2010-2021



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados Bacen.

Os resultados mostram uma evolução semelhante ao do indicador de densidade demográfica. Entre 2010 e 2013, a densidade geográfica dos pontos de atendimento apresentou uma taxa de crescimento médio de 9,6% a.a. De 2013 até 2016, teve uma redução, em média, de 8% a.a. Esta redução pode ser explicada pelo momento turbulento na economia, que entrou em um período de recessão. Um dos canais de acesso mais afetados nesse período foram os correspondentes bancários (redução de 16.414) de 56.710 em 2013 para 40.296 em 2016.

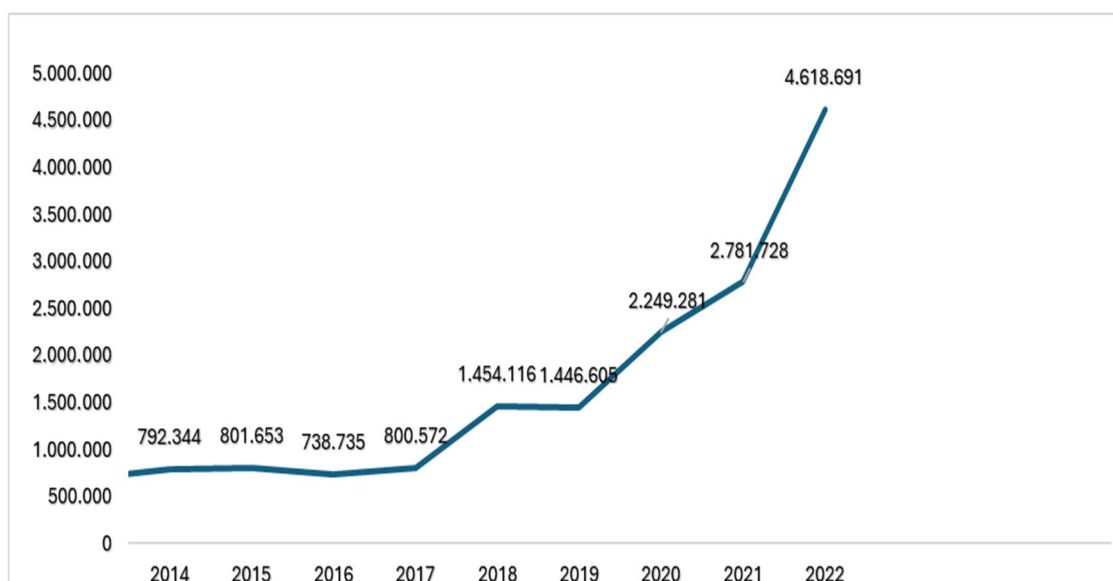
A partir de 2017, a densidade geográfica dos pontos de atendimento volta a crescer, fechando o período com um número maior de PA por km². De 2010 a 2021, a densidade geográfica dos pontos de atendimento cresceu a uma taxa média de 2,7% a.a. Destaca-se o crescimento de 2019 para 2020, quando a densidade geográfica dos pontos de atendimento cresceu a uma taxa média de cerca de 14% a.a., o que pode ser um reflexo do aumento na demanda no período da pandemia da covid 19, quando foi liberado o auxílio emergencial, e parte da população mais pobre e de diversas partes do país, teve que resgatar o dinheiro de forma presencial, devido à exclusão digital. Esta maior demanda pode ter sido atendida pelos correspondentes bancários (que apresentaram crescimento nesse mesmo período, conforme dados do gráfico 01) que tem sua instalação mais flexível visto que podem ser feitas em casas lotéricas, postos dos correios, padarias, lojas e supermercados.

Os dados anteriores analisaram as duas dimensões da inclusão financeira, as dimensões disponibilidade demográfica e disponibilidade geográfica considerando todos os pontos de atendimento em conjunto (canais físicos e eletrônicos). Mas uma questão importante para a inclusão financeira é o acesso da população aos meios eletrônicos. O crescimento dos meios eletrônicos desempenha um papel importante porque os ATM's e POS's oferecem à sociedade um meio prático de acesso aos serviços financeiros, garantindo agilidade e segurança. Os POSs, especificamente, viabilizaram o uso dos cartões de crédito, que foram um dos mecanismos adotados pelo governo para aumentar a disponibilidade de crédito e o consumo da população.

Os Gráficos 05 e 06 mostram a evolução da quantidade de POS's e ATM's no Nordeste no período analisado. No caso dos POS's, há um crescimento exponencial a partir de 2017, impulsionado pelas políticas que fomentaram o surgimento das *fintechs* de pagamento. Essas instituições passaram a oferecer maquininhas mais modernas e compactas, reduzindo o custo de aquisição desses equipamentos.

Além disso, as instituições Pageseguro, Cielo e Stone passaram a oferecer maquininhas mais modernas e compactas, com a chegada dos pagamentos por aproximação, reduzindo o custo de aquisição desses equipamentos. Para efeito de comparação até 2017 estava ocorrendo um crescimento médio anual na casa de 3%, a partir de 2018 o crescimento girou em torno de 40%, devido a isso, o bom momento vivido a partir de 2018 puxou a média do período analisado para 16% a.a. Se tornando um vetor importante para a inclusão financeira facilitando a forma de pagamento.

Gráfico 05: Nordeste - Quantidade de POS's (2010 – 2021)

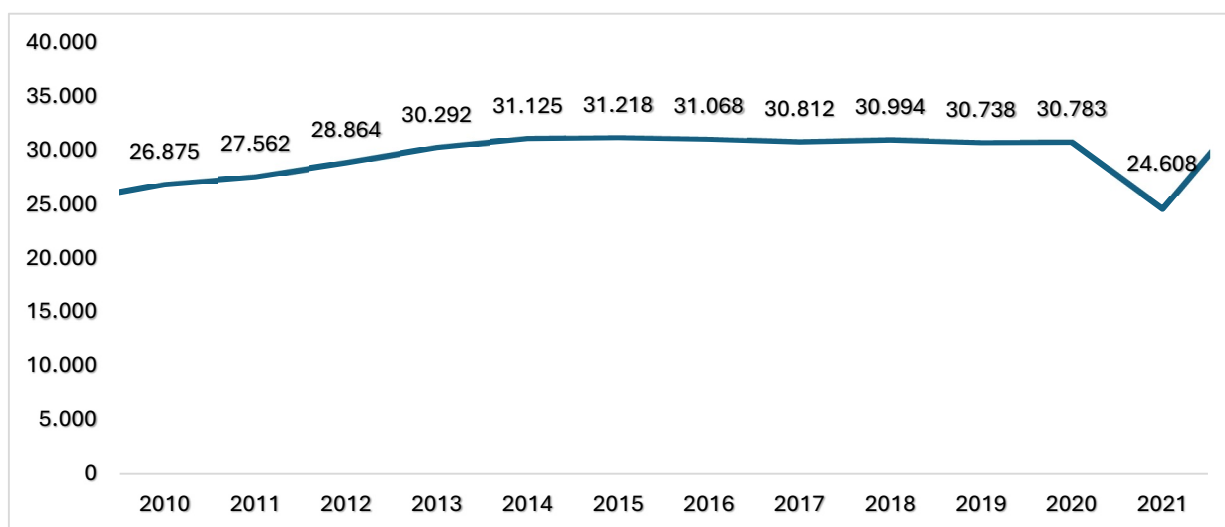


Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados Bacen.

Os ATMs são máquinas que agilizaram processos bancários, por permitirem ser instalados em várias localidades diferentes com menores burocracias e, em alguns casos, por permitirem que um mesmo autoatendimento seja utilizado por instituições diferentes. Até 2014, esse tipo de canal de acesso se encontrava em expansão, crescendo, em média, 4% a.a. Após 2014, entrou em um período de estabilidade até 2021, quando foi registrada uma queda de 20% no número de ATM's.

Essa redução, a partir de 2014, é causada pela perda de espaço do canal físico para o digital. Em 2020, surgiu o Pix, uma ferramenta de transferência que agilizou e diminuiu os custos das transações, reduzindo a importância da utilização do dinheiro físico. Por isso, houve uma queda tão acentuada no final do período, tornando esse canal de acesso menor do que no início do período analisado.

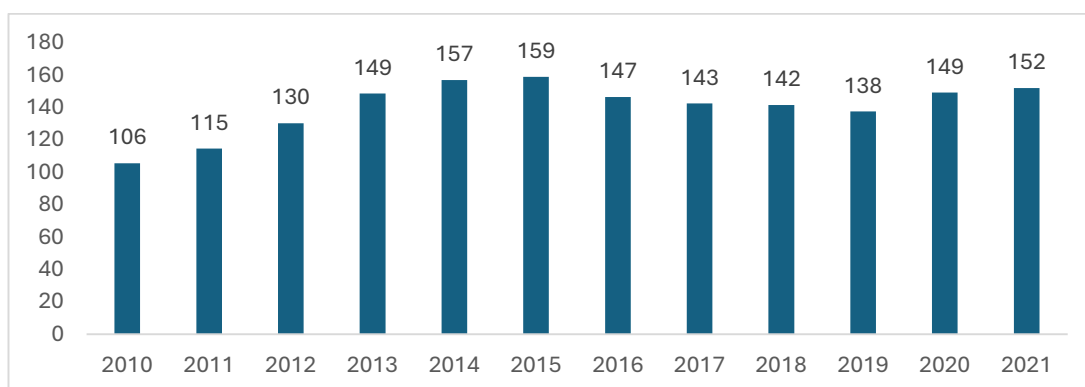
Gráfico 06: Nordeste - Quantidade Instaladas de ATMs (2010 – 2021)



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados Bacen.

Um dos objetivos para a promoção da inclusão financeira é permitir que, ao ter acesso a uma ampla gama de serviços financeiros, a população tenha mais acesso ao crédito. O crédito dentro do processo de inclusão financeira se torna um dos principais pilares de transformação na vida da população. Quando utilizado de forma consciente, pode funcionar como um vetor para alcançar metas e sonhos, promovendo assim maior bem-estar. Para analisar esse aspecto o Gráfico 07 apresenta os valores transacionados em crédito (por pessoas física e jurídica) no Nordeste ao longo do período analisado.

Gráfico 07: Nordeste
Transações de Crédito (R\$ Bilhões)



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados IPEA.

Os dados acima mostram que, em 2021, o Nordeste alcançou um patamar melhor do que em 2010. O pico de transações foi registrado em 2015, com cerca de R\$ 159 bilhões, antes da crise econômica nacional, quando o Brasil entrou em um período de recessão. A partir de 2020, com a liberação de crédito durante a pandemia, houve uma recuperação. No total, o volume de crédito transacionado cresceu 44% entre 2010 e 2021, o que representa um aumento de aproximadamente R\$ 47 bilhões.

Um indicador importante para a inclusão financeira é razão crédito/PIB – um indicador de acesso, que reflete a efetiva utilização de serviços pelas pessoas que possuem contas. Essa razão apresenta, fundamentalmente, o tamanho do crédito em relação à economia. Não se trata de um indicador voltado para medir essencialmente a dimensão do acesso ao crédito pela população ou pelos empreendimentos de um estado, mas uma razão crédito/PIB elevada pode indicar maior acesso generalizado ao crédito por parte das empresas e das pessoas, bem como a influência de grandes atores da economia local (BCB, 2011). A Tabela 2, apresenta razão crédito/PIB para o Nordeste no período de 2010 a 2021.

Tabela 2: Nordeste

Transações de crédito, PIB Real e a Razão Crédito/PIB

Nordeste	PIB (R\$ Bilhões)	Trans. Cred (R\$ Bilhões)	Cred/Pib (%)
2010	494	106	21%
2011	548	115	21%
2012	617	130	21%
2013	684	149	22%
2014	757	157	21%
2015	767	159	21%
2016	845	147	17%
2017	926	143	15%
2018	969	142	15%
2019	1.004	138	14%
2020	1.033	149	14%
2021	1.129	152	13%

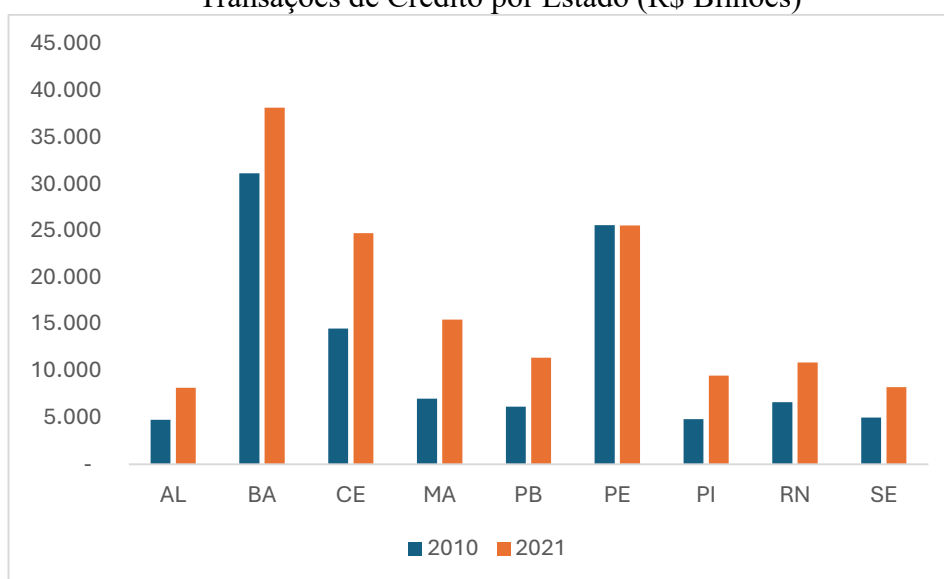
Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do IBGE.

Os dados mostram que, embora o PIB da região tenha crescido ao longo do período, o crédito não apresentou crescimento proporcional. Entre 2010 e 2021, o PIB nordestino cresceu a uma taxa média, 7,8% a.a., enquanto o volume de crédito evoluiu a uma taxa

média de aproximadamente 3% ao ano. Essa diferença se torna evidente ao verificar que, em 2010, a proporção entre crédito e PIB era de 21%, patamar que se manteve até 2015, quando o país entrou em um período de instabilidade econômica. Mesmo após a recuperação do volume de transações de crédito, a proporção em relação ao PIB seguiu em trajetória de queda, atingindo 13% em 2021. Portanto, embora o número absoluto de transações de crédito ao final do período seja superior ao registrado no início, sua participação relativa no PIB é menor, indicando que o crescimento econômico da região não foi acompanhado, na mesma intensidade, pela expansão do crédito e que pode ter ocorrido um menor acesso ao crédito por parte das empresas e das pessoas.

Quando analisado o valor das transações de crédito movimentado por estado entre 2010 e 2021, dados apresentados no Gráfico 08, observa-se algumas transformações relevantes. Um bom exemplo é o Piauí, o estado teve um crescimento de 97% nas transações em 2021 quando comparado a 2010, indicando que essa evolução pode estar relacionada à ampliação do acesso ao crédito. O Maranhão se destacou com o maior crescimento relativo nas transações de crédito, aproximadamente 121%. Em termos absolutos, o maior crescimento em valores foi registrado no Ceará, com um acréscimo de R\$ 10 bilhões no período.

Gráfico 08: Nordeste
Transações de Crédito por Estado (R\$ Bilhões)



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados IPEA.

No outro extremo, Bahia foi o estado que menos cresceu percentualmente, com aumento de apenas 22% em 2021 em relação a 2010; e, Pernambuco que apresentou estagnação no mercado de crédito com praticamente o mesmo volume de transações em 2021 e em 2010. Embora tenha havido crescimento nas transações de crédito para todos os estados, com exceção de Pernambuco, estes dados sozinhos não são os melhores indicadores para inclusão na dimensão “uso”. Nesta dimensão, é a razão crédito/PIB que indica melhora na IF. Os dados para esse indicador por estados estão na Tabela 03 e, assim como observado para o Nordeste como um todo, os resultados mostram que a razão crédito/PIB diminuiu entre 2010 e 2021 em todos os estados, indicando que pode ter ocorrido um menor acesso ao crédito por parte das empresas e das pessoas.

Tabela 03: Nordeste
Razão Crédito/PIB por Estados

ANO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2010	19%	21%	19%	16%	19%	28%	23%	19%	20%
2011	18%	21%	19%	16%	20%	26%	22%	19%	21%
2012	20%	21%	21%	16%	21%	25%	23%	19%	21%
2013	21%	21%	21%	18%	22%	25%	24%	21%	22%
2014	21%	21%	20%	18%	22%	22%	21%	22%	23%
2015	19%	20%	21%	17%	22%	22%	23%	22%	24%
2016	16%	16%	18%	15%	19%	18%	19%	19%	22%
2017	15%	14%	16%	14%	17%	16%	17%	17%	20%
2018	14%	13%	14%	13%	16%	16%	16%	16%	19%
2019	14%	12%	14%	14%	16%	12%	17%	15%	18%
2020	14%	13%	15%	14%	17%	13%	17%	16%	19%
2021	12%	12%	14%	14%	16%	13%	16%	15%	18%

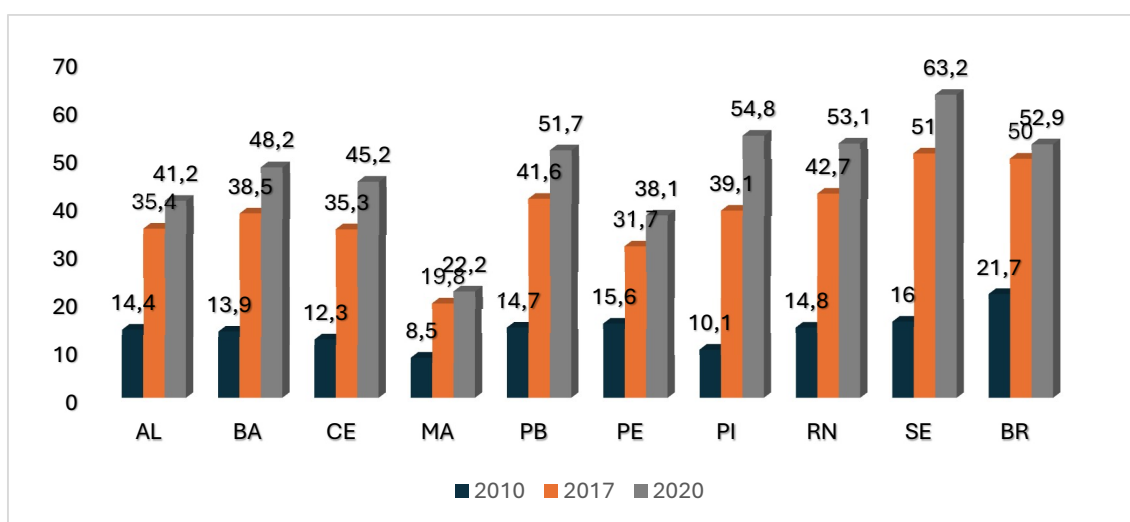
Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do IBGE.

A análise anterior se buscou identificar se houve melhora na inclusão financeira no Nordeste e nos estados, considerando uma série de dados e indicadores individuais de IF. Os resultados mostram que é possível falar em melhora na inclusão financeira nas dimensões de acesso (demográfica e geográfica) porém, não se verifica o mesmo para a dimensão uso. Por fim, cabe analisar os dados do Índice de Inclusão Financeira (desenvolvido pelo BCB) para os estados do Nordeste. O resultado encontra-se no Gráfico 09.

No gráfico observa-se que todos os estados nordestinos apresentaram crescimento em seus índices de inclusão financeira. No entanto, o ritmo de crescimento variou entre eles. Piauí, Sergipe e Rio Grande do Norte foram os estados que registraram os maiores avanços no período de 2010 a 2017, com destaque para o Piauí, que passou de 10,1 para 39,1 pontos nesse intervalo. Em contrapartida, Maranhão e Pernambuco apresentaram crescimento abaixo da média regional que foi de 180%. Vale destacar que, embora Pernambuco, Bahia e Ceará representem as maiores economias da região, não são necessariamente os estados com os maiores índices de inclusão financeira.

Gráfico 09: Nordeste

Evolução Índice de Inclusão Financeira por Estado



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos relatórios Bacen (2021)

O gráfico acima também mostra o desempenho dos estados nordestinos em relação ao índice nacional no período de 2010 a 2020. Em 2010, o Brasil registrou um Índice de Inclusão Financeira (IIF) de 21,7 pontos, valor superior ao de todos os estados do Nordeste naquele ano. Os maiores índices da região foram observados em Sergipe (16,0), Pernambuco (15,6) e Rio Grande do Norte (14,8), todos ainda abaixo da média nacional. Em 2017, o IIF nacional subiu para 50,0 pontos. Nesse ponto da série histórica, apenas Sergipe (51,0) conseguiu superar a média brasileira. Os demais estados da região ainda se encontravam abaixo desse patamar, embora alguns tivessem registrado avanços relevantes, como Rio Grande do Norte (41,6), Paraíba (39,1) e Piauí (39,1).

No final do período analisado, 2020, o índice do Brasil foi de 52,9 pontos. Três estados nordestinos superaram esse índice: Sergipe (63,2), Piauí (54,8) e Rio Grande do Norte (53,1). Outros estados apresentaram resultados próximos, mas ainda inferiores ao índice nacional, como Paraíba (51,7), Bahia (48,2) e Ceará (45,2). Por outro lado, os menores resultados foram observados em Alagoas (41,2), Pernambuco (38,1) e Maranhão (22,2), este último com um desempenho bem inferior ao índice nacional.

Dessa forma, observa-se que, ao final do período analisado, apenas três dos nove estados do Nordeste superaram o índice nacional de inclusão financeira, enquanto os demais permaneceram abaixo, mesmo com os avanços registrados ao longo da década, mas todos os estados apresentaram crescimento da inclusão financeira medida pelo IIF.

Quando analisado o ranking dos estados no índice de inclusão financeira (IIF), apresentados no Quadro 01, percebe-se que, Sergipe se manteve na liderança do ranking em todos os anos analisados, partindo de 16 pontos em 2010 e alcançando 63,2 em 2020, um crescimento de aproximadamente 295%. O maior destaque, no entanto, foi o estado do Piauí, que iniciou o período na 8ª posição e, ao final de 2020, passou a ocupar a 2ª posição, registrando um crescimento de 443%, o mais expressivo da região.

Quadro 01: Nordeste

Ranking do Índice de Inclusão Financeira por Estado

Ranking	2010	UF	2017	UF	2020	UF
1	16	SE	51	SE	63,2	SE
2	15,6	PE	42,7	RN	54,8	PI
3	14,8	RN	41,6	PB	53,1	RN
4	14,7	PB	39,1	PI	51,7	PB
5	14,4	AL	38,5	BA	48,2	BA
6	13,9	BA	35,4	AL	45,2	CE
7	12,3	CE	35,3	CE	41,2	AL
8	10,1	PI	31,7	PE	38,1	PE
9	8,5	MA	19,8	MA	22,2	MA

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados dos relatórios Bacen (2021)

Por outro lado, o desempenho de Pernambuco foi o mais modesto entre os estados nordestinos. Apesar de ter iniciado o período na 2ª posição com 15,6 pontos, caiu para a 8ª colocação em 2020, com 38,1 pontos, um crescimento de apenas 144%, inferior à média regional de 250%. O Maranhão também se destacou negativamente, mantendo-se

na última posição ao longo de toda a série, com um aumento pouco expressivo de 8,5 para 22,2 pontos. Bahia e Ceará, por sua vez, apresentaram crescimento constante e conseguiram manter posições intermediárias no ranking. A Bahia, em especial, é a única entre as três maiores economias do Nordeste que figura entre os cinco estados com os maiores índices em 2020. Já o Ceará avançou da 7ª para a 6ª posição, com crescimento de 12,3 para 45,2 pontos, o que demonstra progresso relevante.

A Paraíba e o Rio Grande do Norte apresentaram desempenhos sólidos e consistentes. A Paraíba se manteve na 4ª posição ao longo do período, mas com um avanço expressivo em seu índice de 2010 para 2020 (de 14,7 para 51,7 pontos), enquanto o Rio Grande do Norte atingiu a 3ª posição em 2020, com 53,1 pontos. Alguns estados, embora tenham elevado seus índices, perderam posições no ranking. É o caso de Alagoas, que passou da 5ª para a 7ª colocação; e de Pernambuco, que caiu da 2ª para a 8ª. Esse movimento indica que, mais do que crescer, é necessário que os estados cresçam em ritmo superior ao dos demais para manter ou melhorar sua posição.

Por fim, a nível do IIF nacional, outro aspecto importante diz respeito à desaceleração do ritmo de crescimento no final do período. Entre 2010 e 2017, o crescimento médio do IIF foi de aproximadamente 180%. Já entre 2017 e 2020, essa média caiu para cerca de 24%. Esse comportamento sugere que os avanços mais rápidos ocorreram nos primeiros anos, quando talvez, o tema da inclusão estava mais forte no país, sendo seguidos por uma fase de estabilidade ou crescimento mais lento.

4.2 A RELAÇÃO ENTRE INCLUSÃO FINANCEIRA E OS INDICADORES ECONÔMICOS.

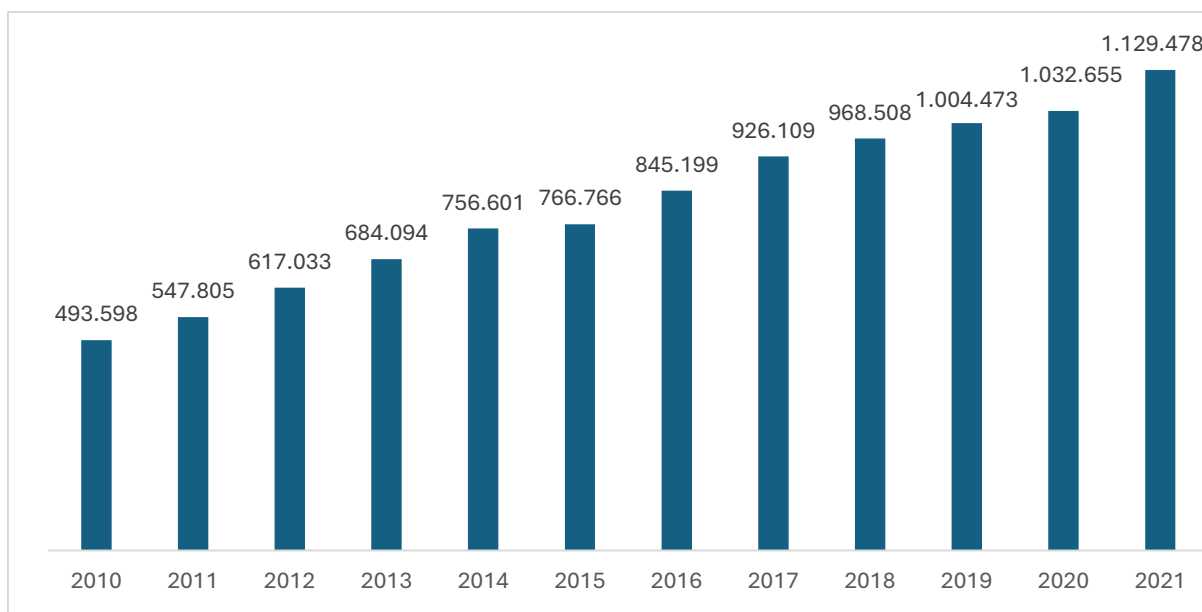
A discussão anterior mostra que entre 2010 e 2020 houve um aumento na inclusão financeira, medida pelo IIF do BCB, em todos os estados do Nordeste. Como já foi apresentado na revisão da literatura, vários trabalhos indicam que o aumento da inclusão financeira contribui tanto para o crescimento da renda como para o desenvolvimento econômico, estando também atrelado a melhoras nas condições de pobreza e a um melhor nível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Assim, o segundo objetivo específico desse trabalho é analisar se existe uma relação entre o IIF e os indicadores econômicos e sociais, em outras palavras, analisar se o

aumento da inclusão foi acompanhado de uma melhora no nível renda (PIB) dos estados e nos indicadores sociais que se refletem no desenvolvimento (PIB per capita, IDH, rendimento domiciliar per capita e taxa de pobreza) conforme apontado pela literatura.

O primeiro ponto analisado é o crescimento do PIB. O Gráfico 10 apresenta a evolução do PIB para o Nordeste, nota-se um crescimento expressivo do PIB ao longo dos 11 anos analisados. A região apresentou uma taxa média de crescimento de 7,82% a.a. Em 2010, o PIB do Nordeste girava em torno de R\$ 493 bilhões, enquanto em 2021 atingiu aproximadamente R\$ 1.129 trilhão, representando um acréscimo de mais de R\$ 636 bilhões no período. Esses dados reforçam a tendência de expansão econômica da região, o que abre espaço para investigar se esse crescimento tem sido acompanhado por melhorias nos indicadores sociais e na inclusão da população no sistema financeiro.

Gráfico 10: Nordeste
PIB Real (R\$ milhões)

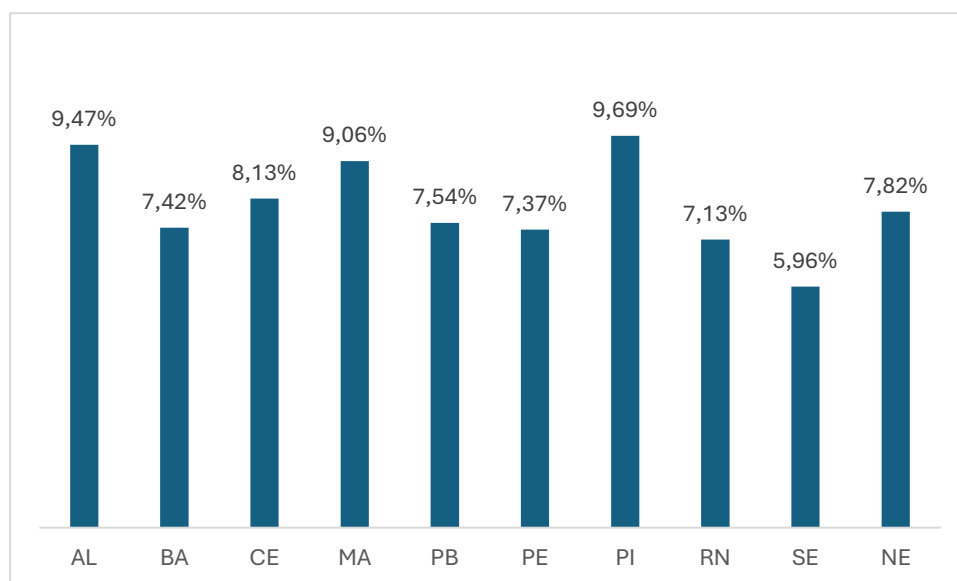


Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados IPEA.

A literatura aponta para a existência de um ciclo positivo entre a inclusão financeira e o crescimento econômico. De fato, como vimos anteriormente a inclusão financeira aumentou nos estados do Nordeste, mas cabe questionar se esse aumento se tornou, de fato, um vetor determinante para o crescimento do PIB estadual. O Gráfico 11 apresenta a taxa média de crescimento anual do PIB no período de 2010 a 2021. Confrontando este

resultado com os dados do IIF por estado, apresentados na seção anterior (Gráfico 09), é possível identificar que todos os estados apresentaram crescimento no IFF e uma taxa média de crescimento anual do PIB também positiva. No entanto, é importante destacar que existem diferentes padrões para a relação entre as duas variáveis nos estados.

Gráfico 11: Estado do Nordeste
Taxa Média de Crescimento do PIB Real (%) de 2010 a 2021



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados IPEA.

O Piauí se destaca como o estado com a maior taxa de crescimento percentual do período, registrando média anual de 9,69%, valor superior à taxa média de crescimento do PIB do Nordeste (7,82% a.a.). Além de se sobressair no crescimento econômico, o Piauí também apresentou excelente desempenho no Índice de Inclusão Financeira (IIF), alcançando a maior taxa média de crescimento entre os estados: 18,43% a.a, saindo de 10,1 pontos em 2010 para 54,8 pontos em 2020.

Por outro lado, Sergipe, apesar de ser o estado com o maior índice de inclusão financeira da região nos 3 anos 2010 (16 pontos), 2017 (51 pontos) e 2020 (63,2 pontos), apresentou crescimento econômico mais modesto, com uma taxa média de crescimento de 5,96% a.a. no PIB e taxa média de crescimento do IIF de 14,73% ao ano. Isso indica que a uma inclusão financeira mais elevada não necessariamente se traduz em maior expansão econômica.

Casos como o do Maranhão e de Alagoas reforçam essa percepção. Ambos estão entre os estados com menores evoluções no IIF, mas registraram crescimento econômico acima da média regional. Alagoas apresentou crescimento médio anual de 9,47%, enquanto o Maranhão cresceu, em média, 9,06% ao ano. O PIB maranhense, que em 2010 era de aproximadamente R\$ 43 bilhões, alcançou R\$ 113 bilhões em 2020, representando aumento de 160%. Já Alagoas passou de R\$ 25 bilhões para R\$ 69 bilhões no mesmo período, crescimento de 170%. O Ceará apresentou comportamento semelhante: seu IIF cresceu de 12,3 para 45,2 pontos entre 2010 e 2020, mantendo-se entre os mais baixos da região, mas o PIB avançou de R\$ 74,9 bilhões para R\$ 177,0 bilhões, com taxa média de crescimento anual de 8,13%, acima da média do Nordeste. Outros estados, como Rio Grande do Norte e Paraíba, apresentaram relação mais equilibrada: taxas intermediárias de crescimento econômico (7,13% e 7,54% a.a., respectivamente) e avanços consistentes no IIF, que superaram os 40 pontos em 2020

Com base nesses dados, é possível concluir que estados como Ceará, Alagoas e Maranhão, mesmo não sendo os que promoveram maior inclusão financeira no período, registraram crescimento econômico acima da média regional. Entre os estados com maior IIF, apenas o Piauí se destaca também como um dos que mais cresceram economicamente. Assim, pode-se afirmar que a inclusão financeira pode ser um dos vetores de crescimento, mas, no contexto analisado, não foi suficiente para garantir que os estados mais incluídos fossem necessariamente os que mais expandiram suas economias e, claro, isso se deve a outros fatores que são fundamentais para o crescimento da renda, como o investimento e que são heterogêneos entre os estados.

Um segundo efeito do aumento da IF apontado na literatura é referente à melhora dos indicadores sociais que estão relacionados ao desenvolvimento. Nesse trabalho optou-se por analisar esta relação considerando o PIB per capita, o IDH, o rendimento domiciliar per capita e taxa de pobreza, ou seja, analisar se o aumento do IIF dos estados implicou em melhoras nessas variáveis. O PIB per capita, como destaca Feijó e Ramos (2008), apesar de apresentar algumas limitações conceituais, é uma referência importante como uma medida síntese do padrão de vida e o desenvolvimento econômico. Este indicador permite entender melhor se o crescimento da renda está sendo acompanhado por uma distribuição mais eficiente dos resultados, além de facilitar comparações entre os estados. A Tabela 04 apresenta os dados do PIB per capita para os estados do Nordeste de 2010 a 2021.

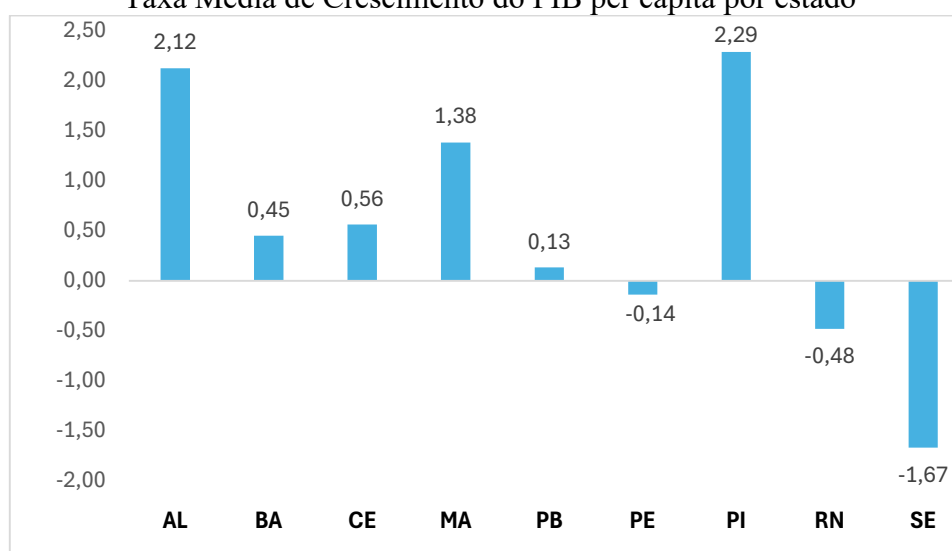
Tabela 04: Nordeste
 PIB Real per capita por Estado - preços de 2010 - R\$ (mil)

ANO	ESTADOS								
	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2010	8,40	10,46	9,26	7,01	8,78	10,82	7,09	11,08	12,45
2011	9,30	10,91	9,71	7,24	9,04	11,47	7,65	11,83	12,86
2012	9,36	11,02	9,64	7,71	9,52	12,26	7,77	12,30	13,31
2013	8,99	10,83	9,88	7,93	9,43	12,19	7,82	12,15	12,80
2014	9,10	10,92	10,52	8,27	9,90	12,34	8,73	11,69	12,45
2015	9,52	11,05	10,06	7,79	9,69	11,52	8,40	11,41	11,79
2016	9,34	10,74	9,80	7,78	9,38	11,28	8,20	10,89	10,89
2017	9,58	10,72	10,03	7,83	9,48	11,73	8,65	11,22	10,89
2018	9,59	11,32	10,06	8,17	9,43	11,49	9,06	11,27	10,80
2019	9,93	11,08	10,06	7,73	9,51	11,63	9,08	11,43	10,92
2020	9,95	10,79	9,59	7,93	9,18	10,61	9,07	10,69	10,33
2021	10,58	10,98	9,84	8,16	8,91	10,65	9,09	10,51	10,35

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA.

Os resultados da tabela mostram que não é possível afirmar que há uma relação direta entre IF e desenvolvimento quando se considera o PIB per capita. Os resultados para o IIF apresentados anteriormente, mostram que todos os estados avançaram na IF entre 2010 e 2020. No entanto, estados como PE, RN e SE apresentaram queda na taxa de crescimento médio da renda per capita, como mostra o Gráfico 12.

Gráfico 12: Nordeste
 Taxa Média de Crescimento do PIB per capita por estado



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEA.

Pelos resultados acima, observa-se que Sergipe se destaca como sendo o que apresenta o maior IIF, porém a partir de 2014 o PIB per capita do estado diminuiu em relação ao início do período, sendo o estado com o pior resultado em termos de taxa média

de crescimento, com queda de 1,67%. O Piauí se destaca com a maior taxa média de crescimento na renda per capita, aproximadamente 2,29% a.a, o que resultou em um crescimento acumulado de 28% em relação a 2010. Alagoas apresentou desempenho semelhante, com taxa média anual de 2,12% a.a e crescimento total de cerca de 26% no período de 2010 a 2021.

Vale destacar que Pernambuco e Rio Grande do Norte encerraram o período em situação pior do que no início da série analisada. Pernambuco apresentou variação negativa de 1,67% em relação a 2010, com uma taxa média de crescimento negativa (-0,14% a.a.) do PIB per capita, enquanto o Rio Grande do Norte registrou uma taxa média de -0,48% a.a no período analisado e redução de 5% no PIB per capita em relação a 2010.

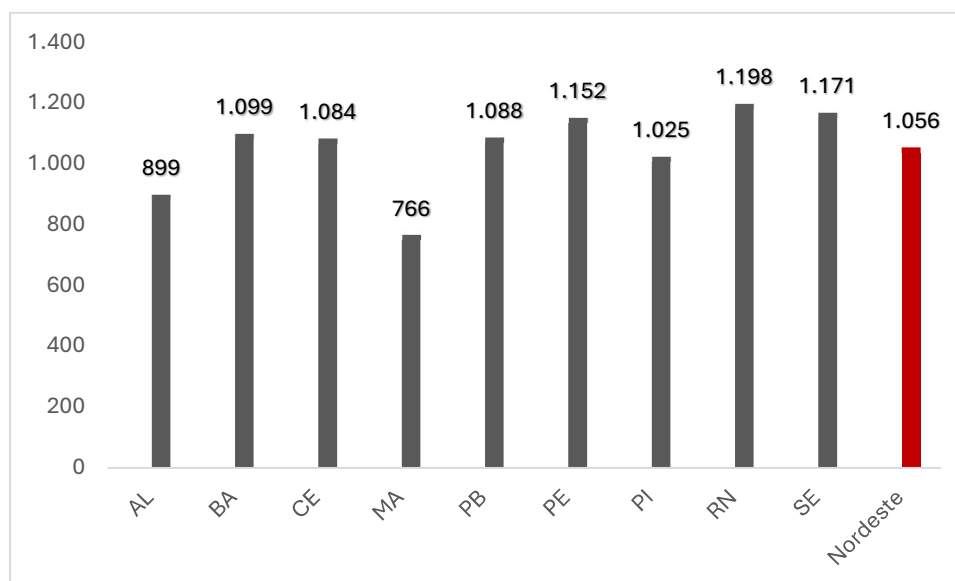
Importante observar que os estados que apresentaram as maiores taxas médias de crescimento anual e também crescimento acumulado no final do período foram justamente aqueles que tiveram os melhores resultados no crescimento do PIB no Gráfico 11, o que pode indicar que a expansão de sua produção ocorreu acima do crescimento populacional. Da mesma forma, nota-se que os estados cujo PIB per capita apresentou redução ou crescimento mais modesto mantiveram a mesma relação com o desempenho do PIB, sugerindo que a evolução populacional pode ter superado o crescimento econômico nesses casos.

O PIB per capita é útil para entender como tem sido a produtividade por pessoa ao longo dos anos. Mas, além disso, é importante olhar para a renda domiciliar per capita, pois ela mostra o poder de compra da população nesse período. O Gráfico 13 apresenta a média do rendimento domiciliar entre 2012 e 2021 por estado. O objetivo é comparar quanto, em média, as famílias de cada estado ganhavam em relação à média geral da região Nordeste.

Alguns estados ficaram com a renda média acima da média regional, e vale destacar Sergipe (SE), Rio Grande do Norte (RN), Bahia (BA), Piauí (PI) e Paraíba (PB). Esses quatro estados estão entre os cinco com os melhores níveis de inclusão financeira e, como mostra o gráfico, também têm rendimentos familiares melhores do que a média do Nordeste. Isso indica que, nesses lugares, as famílias podem ter tido mais acesso a recursos e melhores condições de vida, o que pode estar ligado ao avanço da inclusão financeira.

Gráfico 13: Nordeste

Rendimento Domiciliar per capita médio por Estado
2012 – 2021 (R\$ mil)

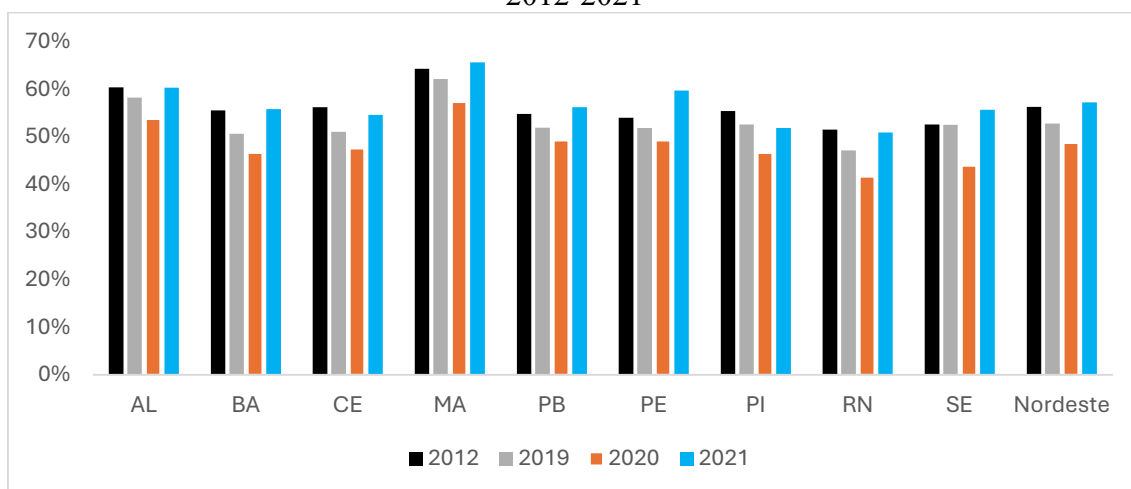


Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados IPEA.

Se a renda da população nordestina aumentou ao longo do tempo, é importante observar como se comportou a taxa de pobreza na região. O Gráfico 14 mostra a taxa de pobreza para os estados além da média regional, considerando os anos de 2012, quando os dados passaram a ser divulgados, até 2021. Com atenção especial para três momentos: o período anterior à pandemia, durante a pandemia (2020) e o período de transição, com a retirada dos auxílios emergenciais (2021). Essa divisão nos permite compreender a situação antes e depois da adoção de políticas assistencialistas pelo governo federal, em que alguns indicadores de acesso analisados na seção anterior, mostram melhora na inclusão financeira.

O gráfico mostra que em 2012, todos os estados apresentavam taxas superiores a 50%. Maranhão e Alagoas lideravam com os maiores índices, atingindo 64% e 60%, respectivamente. Já as menores taxas estavam no Rio Grande do Norte (52%) e em Sergipe (53%). Durante o período analisado, especialmente entre 2019 e 2021, observa-se a formação de um “vale” em todos os estados, com uma queda significativa no indicador seguida por uma nova elevação. Em 2019, os estados estavam em uma situação melhor do que em 2012, com redução nas taxas de pobreza em todos os casos, o que reflete o crescimento da renda média e o maior acesso a crédito e programas sociais.

Gráfico 14: Nordeste
Taxa de Pobreza dos Estados Região (%)
2012-2021



Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados IPEA.

Com a chegada da pandemia, em 2020, o governo federal lançou o auxílio emergencial, o que provocou uma queda acentuada na taxa de pobreza. Sete dos nove estados nordestinos apresentaram taxas abaixo de 50%, com exceção de Maranhão e Alagoas, que ainda se mantiveram acima desse patamar. Essa melhora está relacionada ao critério de medição da pobreza, que considera a renda diária disponível por pessoa, impactada diretamente pelo recebimento do auxílio.

Contudo, em 2021, com o fim do auxílio emergencial e outros efeitos econômicos da pandemia, os estados voltaram a registrar aumentos nas taxas de pobreza, muitos em patamares piores do que os de 2019. Pernambuco foi o estado mais afetado, saltando de 49% em 2020 para 60% em 2021, representando um aumento de 22% em relação ao ano anterior.

Por outro lado, Sergipe e Rio Grande do Norte se destacaram por manterem as menores taxas de pobreza no período analisado, refletindo possivelmente a melhor estrutura de acesso à inclusão financeira. Durante a pandemia, o Rio Grande do Norte chegou a registrar uma taxa de 42% e Sergipe de 44%, as mais baixas entre os estados nordestinos. Isso sugere que os estados com melhor colocação no ranking do Índice de Inclusão Financeira (IIF) podem ter tido maior capacidade de proporcionar acesso aos serviços financeiros, além de uma estrutura mais consolidada para apoiar a população vulnerável, e assim, conseguiram absorver os benefícios assistenciais.

Por fim, uma outra relação colocada pela literatura, é a de que a inclusão financeira pode levar a melhoras no Índice de Desenvolvimento Humano, o IDH. Este indicador pode ser utilizado como um contraponto ao PIB per capita, já que este último reflete apenas o aspecto econômico da região, enquanto o IDH sintetiza o desenvolvimento humano de forma mais ampla, considerando indicadores de saúde, educação e renda da população que habita aquela localidade. Nesse sentido, embora a diferença de riqueza entre os estados influencie o índice, ela não é o único fator determinante. A Tabela 05 apresenta a evolução do IDH para os estados nordestinos de 2010 a 2020.

Tabela 05: Nordeste
Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM por Estado
(2010 – 2021)

ANO	AL	BA	CE	MA	PB	PE	PI	RN	SE
2010	0,631	0,660	0,682	0,639	0,658	0,673	0,646	0,684	0,665
2012	0,651	0,678	0,701	0,648	0,673	0,688	0,66	0,695	0,684
2013	0,648	0,680	0,705	0,661	0,67	0,703	0,679	0,71	0,683
2014	0,666	0,694	0,71	0,663	0,69	0,715	0,686	0,723	0,696
2015	0,666	0,701	0,715	0,669	0,703	0,722	0,689	0,733	0,697
2016	0,680	0,705	0,722	0,68	0,704	0,724	0,685	0,732	0,697
2017	0,679	0,710	0,73	0,685	0,717	0,722	0,694	0,728	0,699
2018	0,689	0,710	0,739	0,686	0,711	0,735	0,699	0,739	0,710
2019	0,687	0,718	0,744	0,694	0,713	0,74	0,706	0,742	0,705
2020	0,694	0,724	0,755	0,699	0,714	0,739	0,708	0,75	0,722
2021	0,684	0,691	0,734	0,676	0,698	0,719	0,69	0,728	0,702

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados IPEA.

Observando a tabela, é possível notar que, em 2010, os três estados mais ricos do Nordeste estavam entre os cinco maiores IDH's da região. No entanto, as outras duas posições do topo foram ocupadas por Rio Grande do Norte (RN) e Sergipe (SE), que não estão entre os maiores PIBs do Nordeste, mas se destacaram em aspectos da inclusão financeira.

Esse padrão se repetiu em 2021, com uma pequena mudança: a Bahia apresentou uma leve redução em seu índice e foi ultrapassada pela Paraíba, que assumiu seu lugar entre os cinco maiores IDHs. Os outros quatro PE, CE, RN e SE, permaneceram no grupo dos melhores resultados. De modo geral, todos os estados do Nordeste apresentaram crescimento em seus IDH's entre 2010 e 2021, o que mostra uma evolução no

desenvolvimento humano da região. Isto evidencia que, embora a produção de riqueza (PIB) tenha peso no índice, já que a renda é um dos seus componentes, ela não garante, por si só, um alto nível de desenvolvimento humano. Políticas públicas, investimentos sociais consistentes também exercem papel decisivo nesse processo. Além disso, as pode-se concluir que o aumento da inclusão financeira nos estados pode ter sido um dos fatores que contribuíram para uma evolução no IDH.

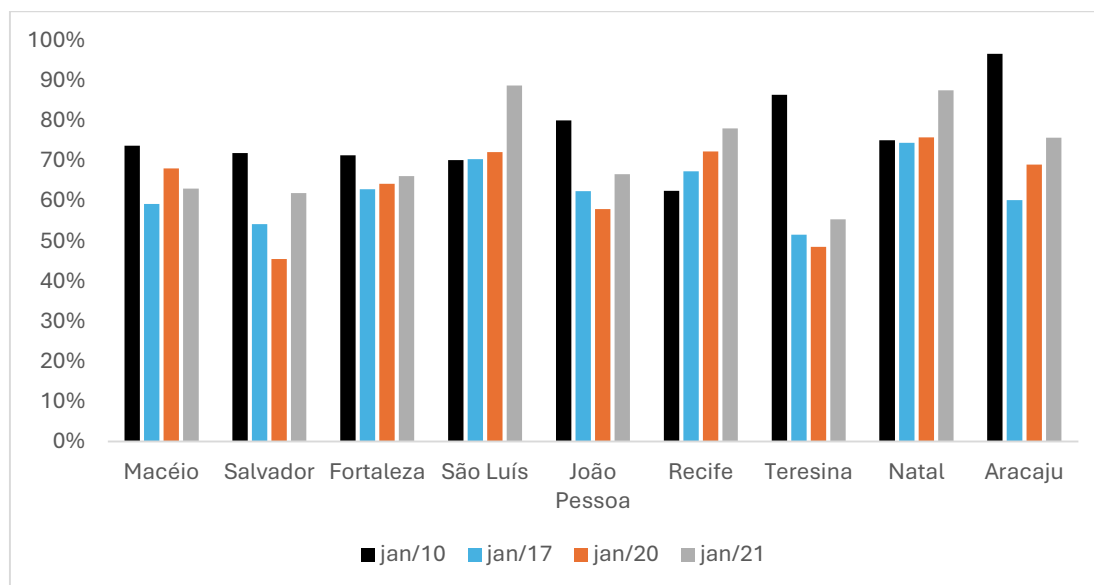
4.3 INCLUSÃO FINANCEIRA, ENDIVIDAMENTO E A INADIMPLÊNCIA DAS FAMÍLIAS.

Como destacado na primeira seção desse capítulo, é notável o avanço da inclusão financeira nos estados do Nordeste, conforme medido pelo IIF. No entanto, a literatura também destaca que esse crescimento traz um contraponto importante: o aumento do uso de produtos e serviços financeiros, quando não realizado com consciência e planejamento, pode levar a um maior nível de endividamento da população, comprometendo sua capacidade de honrar compromissos financeiros. O objetivo dessa seção é analisar se o aumento da IF aumentou o endividamento das famílias e se isso pode ter levado ao aumento da inadimplência.

Os dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) mostram que em 2010, em média, 76% das famílias do Nordeste estavam endividadas, ou seja, essas famílias possuíam alguma obrigação financeira a ser honrada. Quando analisado o endividamento por capitais do Nordeste⁶, Gráfico 15, os dados mostram que em 2010, no conjunto de capitais, Aracaju apresentava o maior nível, com 97% das famílias endividadas, enquanto Recife registrava o menor, com 62%. Nesse mesmo período, entre os cinco estados com os melhores Índices de Inclusão Financeira (IIF), quatro estavam entre as capitais mais endividadas: Aracajú, Natal, João Pessoa e Maceió.

⁶ A pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC) é divulgada por capitais porque ela visa analisar o comportamento do consumidor em relação às suas dívidas em diferentes contextos urbanos. Essa abordagem permite identificar particularidades regionais e entender como fatores como o custo de vida, o mercado de trabalho e a oferta de crédito variam entre capitais.

Gráfico 15: Nordeste
Famílias Endividadas por Capital (% do total de famílias)
2010-2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PEIC.

Em contraste, no ano de 2020 (último ano de divulgação do IFF), observou-se uma redução da média de famílias endividadas na região nordeste, na comparação com 2010, ficando em torno de 64%. Natal se tornou a capital com o maior nível de endividamento (76%), enquanto Salvador apresentou o menor, com 45%, conforme observado no gráfico. Natal e Aracaju permaneceram entre as cinco capitais mais endividadas, ocupando a primeira e a terceira posição, respectivamente, no ranking de IIF em 2020, apresentado no quadro 01 (seção 4.1).

Por outro lado, Salvador e Teresina apresentaram os menores níveis de endividamento. Em 2021, encerrando o período de análise, vale **destacar o comportamento de três capitais que, onze anos depois, apresentaram níveis de endividamento superiores aos de 2010**: São Luís, com crescimento de 27% tornando-se a capital mais endividada no início de 2021, Recife, com aumento de 25%, e Natal, com 17%. Recife e São Luís são as duas capitais com os piores IIF's, enquanto Natal ocupa a segunda melhor posição nesse índice.

Um olhar mais específico por estado evidencia aspectos importantes da relação do IFF com o endividamento, mostrando que não se pode falar em um padrão único de relação do tipo, crescimento do IIF leva a maior endividamento. O estado de Sergipe que

apresentou um crescimento significativo no IFF, o maior resultado entre os estados do Nordeste, saindo de 16 pontos em 2010 para 63,2 pontos em 2021, apresentou uma queda no endividamento das famílias entre 2010 e 2017, mas em seguida aumenta a média das famílias endividadas até 2021. No entanto, em outros estados como RN e MA, que também evoluíram no índice (em 2010, 2017 e 2020) mostram um nível de endividamento relativamente estável nestes anos, crescendo em 2021.

Este crescimento em 2021 pode ser uma consequência também dos efeitos econômicos da pandemia e não necessariamente do aumento da inclusão. Ademais, os resultados do endividamento para alguns estados como RN e MA pode refletir a ampliação das estratégias do BCB quando a partir de 2012, passou a usar o conceito de cidadania financeira como um objetivo para além da inclusão financeira (que inclui além inclusão a educação financeira) - sendo a cidadania considerada um processo que amplia a possibilidade de um indivíduo acessar serviços e produtos financeiros de forma adequada, mas também que tenha capacidade de tomar decisões acertadas e responsáveis sobre os produtos e serviços disponíveis.

Um aspecto importante a ser analisado no contexto do endividamento, é a composição dos tipos de dívidas na modalidade crédito, apresentada nas Tabelas 06 e 07. Isto porque um dos objetivos da inclusão financeira é permitir maior acesso ao crédito para famílias de baixa renda. É possível observar mudanças importantes no perfil de endividamento das famílias. Em 2010 (Tabela 06), observa-se que, em todos os “estados” parcela significativa das famílias estavam com dívidas no cartão de crédito. O destaque foi Maceió e Aracajú onde 88% das famílias tem dívidas no cartão. Os dados mostram que em média 79% das famílias nordestinas estavam endividadas no cartão de crédito, 19,7% nos carnês e 12,5% com financiamento de veículos.

Tabela 06: Nordeste
Composição das Dívidas - 2010 (% do total de famílias)
Modalidade Crédito

Tipo de Dívida	Maceió	Salvador	Fortaleza	São Luís	João Pessoa	Recife	Teresina	Natal	Aracaju
Cartão de crédito	88,8%	81,2%	77,6%	63,7%	76,0%	84,5%	67,4%	82,0%	88,6%
Cheque especial	7,0%	8,1%	3,7%	6,5%	16,5%	8,1%	4,8%	6,5%	2,1%
Cheque pré-datado	3,4%	2,3%	3,2%	1,8%	4,2%	4,9%	4,3%	3,7%	0,9%
Crédito consignado	0,5%	5,0%	4,3%	8,8%	20,4%	3,7%	8,3%	6,2%	11,9%
Crédito pessoal	12,5%	8,2%	9,8%	8,8%	14,1%	8,8%	8,0%	6,5%	3,7%
Carnês	18,4%	11,3%	9,3%	28,0%	12,6%	33,4%	25,8%	9,3%	29,1%
Financiamento de carro	10,6%	4,3%	11,5%	8,0%	36,8%	6,3%	12,5%	15,8%	7,0%
Financiamento de casa	1,3%	1,9%	4,6%	2,4%	11,1%	0,2%	3,3%	5,4%	5,3%
Outras dívidas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não sabe	0,5%	1,9%	0,9%	1,5%	1,8%	0,0%	2,3%	0,8%	0,7%
Não respondeu	0,3%	0,5%	1,9%	0,0%	1,5%	0,5%	0,8%	0,3%	0,9%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PEIC

A expressiva participação do financiamento de veículos, que é uma dívida de valor elevado e de longo prazo foi observado em João Pessoa, que se destacou com o maior percentual de famílias com esse tipo de dívida (36,8%), muito à frente da segunda colocada, Natal (15,8%). Em 2010, o cartão de crédito já se consolidava como o principal tipo de endividamento das famílias, e esse comportamento se fazia mais presente nas capitais com os cinco melhores Índices de Inclusão Financeira (IIF) ou nos estados com os maiores PIBs do Nordeste. Aracaju e Maceió, por exemplo, estavam entre os cinco melhores IIFs, e Recife, que detém um dos maiores PIBs regionais, também apresentava níveis elevados de endividamento por cartão. Em contrapartida, São Luís e Teresina, que registravam os piores índices de inclusão em 2010, apresentaram os menores percentuais de endividamento por cartão de crédito (63,7% e 67,4%, respectivamente), o que pode sugerir que o baixo nível de inclusão financeira está associado à dificuldade de acesso a esse tipo de crédito, que garante maior acessibilidade ao consumo de bens de preços mais elevados.

Ao analisar a composição das dívidas para 2021 (Tabela 07), nota-se que, com exceção do cartão de crédito, todos os demais tipos de dívida apresentaram redução. Os dados mostram que em média 91% das famílias nordestinas tinham dívidas no cartão crédito, um crescimento de 12 p.p em relação à média de 2010. Enquanto isso, o endividamento com carnês caiu para 20%, e o financiamento de veículos perdeu a terceira posição para o crédito pessoal.

Tabela 07: Nordeste - Composição das Dívidas - 2021 (% do total de famílias)

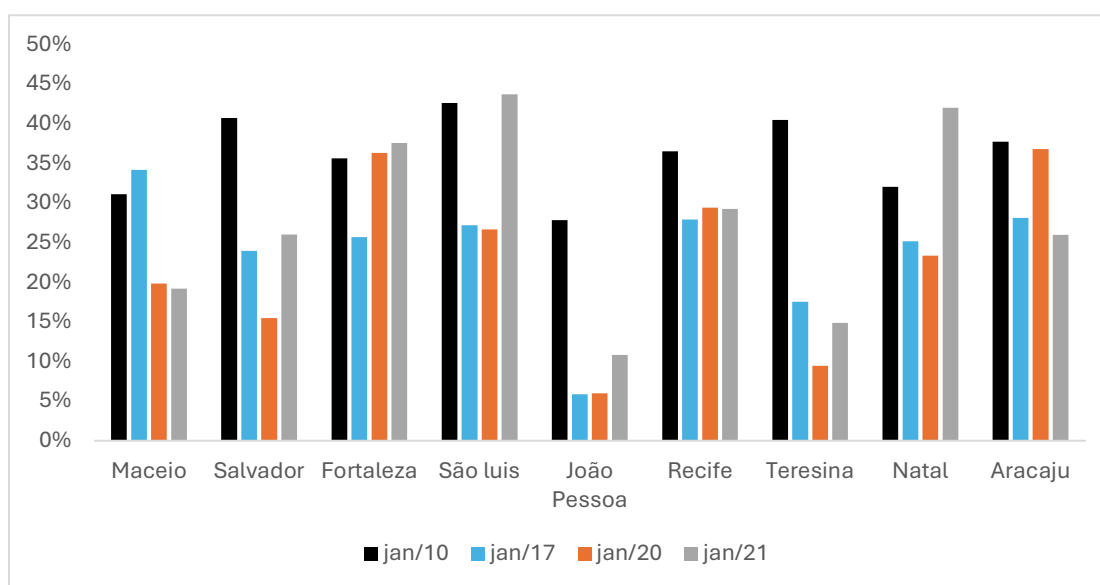
Tipo de Dívida	Modalidade Crédito								
	Maceió	Salvador	Fortaleza	São Luís	João Pessoa	Recife	Teresina	Natal	Aracaju
Cartão de crédito	97,8%	94,7%	88,6%	71,3%	92,7%	93,9%	95,6%	88,3%	93,4%
Cheque especial	1,0%	2,8%	5,2%	3,2%	0,2%	11,5%	0,0%	12,0%	0,5%
Cheque pré-datado	0,0%	0,1%	0,3%	4,6%	0,2%	1,5%	0,2%	1,6%	0,1%
Crédito consignado	1,6%	3,8%	2,1%	6,0%	1,4%	4,2%	0,0%	5,0%	7,5%
Crédito pessoal	3,0%	5,5%	9,5%	4,5%	0,9%	8,7%	1,6%	6,4%	15,6%
Carnês	16,7%	7,4%	14,1%	27,7%	1,8%	17,3%	16,4%	24,3%	11,2%
Financiamento de carro	2,2%	2,9%	8,7%	1,6%	0,5%	6,3%	7,8%	6,4%	5,1%
Financiamento de casa	3,0%	1,0%	3,0%	0,4%	4,6%	5,7%	1,0%	5,6%	4,3%
Outras dívidas	0,3%	2,8%	1,6%	0,0%	0,9%	8,6%	0,0%	10,4%	0,4%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,1%	0,0%	0,1%	0,1%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados PEIC

A relação entre o aumento da inclusão financeira e o crescimento do uso do cartão de crédito se torna ainda mais evidente ao observar o caso de Teresina: em 2010, a capital ocupava a penúltima posição no IIF, e em 2021 subiu para a segunda melhor colocação, registrando também o maior crescimento percentual no uso de cartão de crédito (42%), alcançando 95,6% das famílias. Por outro lado, São Luís, que se manteve como a capital com o pior IIF, continuou apresentando o menor percentual de endividamento por cartão (71,3%). Além disso, São Luís também se destacou como a capital com maior percentual de famílias endividadas por carnês, o que sugere que a população local ainda utiliza formas de pagamentos mais tradicionais e acessíveis, em contraste com o que se observava em 2010, quando Recife liderava nesse tipo de dívida, comportamento que se reduziu ao longo do tempo, com aumento proporcional do uso do cartão de crédito.

Uma das questões levantadas pela literatura é se esse maior acesso ao crédito poderia, ao elevar o endividamento, se transformar em inadimplência. Isto pode ser analisado quando se observa o comportamento das famílias que estão com contas em atraso (apresentado no Gráfico 16), um segundo estágio, que pode evoluir para a inadimplência.

Gráfico 16: Nordeste
Famílias com contas em atraso (% do total de famílias)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PEIC

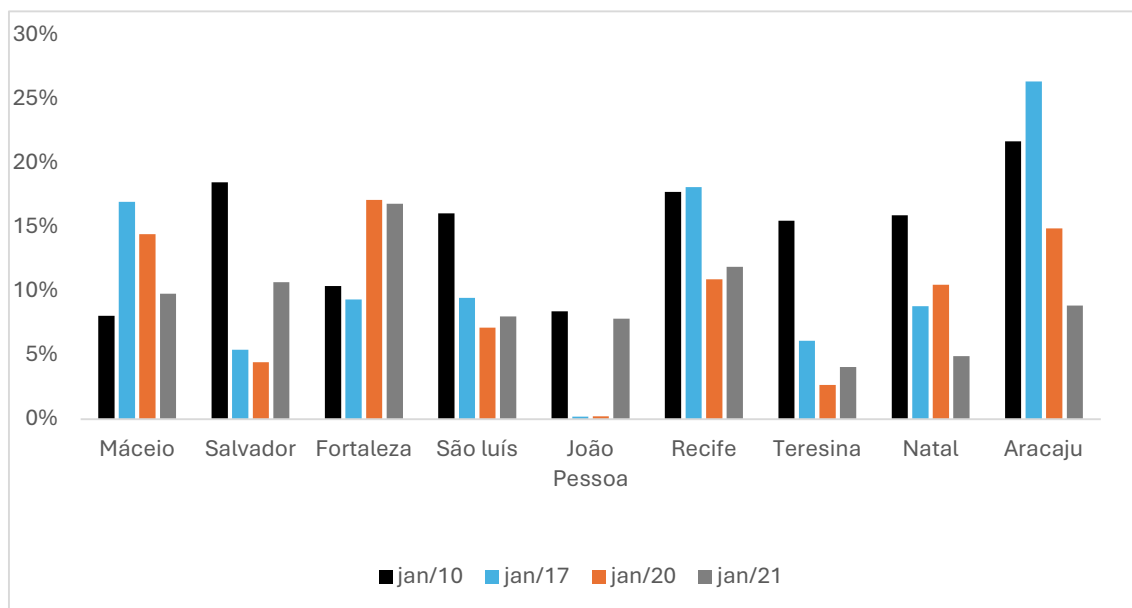
Os resultados acima mostram que nos quatro anos analisados, 2010 apresentou a maior média entre as capitais, em torno de 36% das famílias declaravam que estavam com contas em atraso. Em 2020 isto mudou para com 23%, o que representa uma redução de 13 p.p. Comparando com o IIF, as três capitais com o maior percentual de famílias com contas em atraso estavam entre os piores do *ranking* de IF: Salvador, São Luís e Teresina. Em contrapartida, João Pessoa, Maceió e Natal se encontravam entre as melhores posições nos dois rankings. Dez anos depois, 2020, dois dos cinco melhores IIF's estão nas capitais com o menor percentual de famílias com contas em atraso: João Pessoa, Teresina. Um caso especial é Aracaju, que apresenta o maior nível de IIF em todos os anos, mas, diferentemente das demais capitais, registrou o maior nível de contas em atraso em 2020, conforme observado no gráfico.

Em 2021, sob os efeitos da pandemia de 2020, Fortaleza e São Luís permaneceram entre as capitais com maior percentual de famílias com contas em atraso, mas agora acompanhadas de Natal, que no ano anterior estava entre as capitais com os menores índices. Teresina, João Pessoa e Salvador apresentaram situações melhores do que em 2010, o que pode indicar que, mesmo com os impactos da pandemia no aumento das contas em atraso, o efeito foi menor nesses estados. Aracaju, por sua vez, apresentou uma situação melhor do que em janeiro de 2020, antes da pandemia.

No gráfico 17, que apresenta os dados sobre a inadimplência das famílias nordestinas, ou seja, aquelas que não conseguem pagar suas dívidas, observa-se uma evolução significativa ao longo do período analisado. Em 2010, apenas Maceió e João Pessoa apresentava os níveis mais baixos de inadimplência, entre as capitais, enquanto as outras capitais avaliadas estavam em níveis elevados, com destaque para Aracaju, que registrava 22% das famílias nessa situação. Em 2017, das nove capitais analisadas, três apresentaram aumento nos índices de inadimplência: Maceió e Recife, que perderam posições no ranking de inclusão, e Aracaju, que, apesar disso, continuou ocupando a primeira colocação no IIF. Por outro lado, Salvador e Teresina, que assumiram as posições anteriormente ocupadas por Recife e Alagoas no ranking de inclusão, apresentaram as maiores reduções no nível de inadimplência, o que pode indicar uma possível correlação entre melhoria no IIF e redução da inadimplência. Em 2020, no período pré-pandemia, Natal e Fortaleza apresentaram aumento no percentual de famílias sem condições de honrar suas dívidas, apesar de aumento no IIF.

Em 2021, no contexto pandêmico e encerramento do período analisado, cinco capitais apresentaram aumento no índice de inadimplência, sendo João Pessoa o caso mais expressivo saindo de 0,2% para 7,8% das famílias. Apesar de ter sido a capital com o maior aumento, ela ainda se manteve entre aquelas com os menores níveis de inadimplência, devido à sua trajetória de redução constante ao longo dos anos anteriores. Em sentido oposto, Aracaju continuou reduzindo seus índices, alcançando 9% de famílias sem condições de sanar as contas em atraso. É importante destacar que, em 2021, João Pessoa, Natal e Teresina se consolidaram com os menores níveis de inadimplência e, ao mesmo tempo, as melhores posições nos rankings de inclusão financeira. Já São Luís, que esteve entre as últimas colocações do IIF em todos os anos de divulgação, continua atrás dessas capitais em relação à inadimplência, o que reforça a possível relação entre inclusão financeira e capacidade de pagamento das famílias.

Gráfico 17: Nordeste
Inadimplência da Famílias
 Famílias que não terão condição de pagar as contas em atraso (% do total de famílias).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PEIC

Observa-se também que Fortaleza se tornou a capital com os maiores níveis de inadimplência ao longo do tempo, registrando um aumento de 62% em relação a 2010. Em contraste, Teresina seguiu na direção oposta: à medida que seu nível de inclusão financeira foi crescendo, o percentual de famílias inadimplentes foi diminuindo, alcançando uma variação expressiva de -74% em 2021 (4%) em comparação com 2010 (15%). Um dado relevante é que, em 2021, as capitais dos estados com os maiores PIBs do Nordeste concentram os maiores níveis de inadimplência. Por outro lado, as quatro primeiras capitais do ranking de inclusão financeira encerraram o período analisado entre aquelas com os menores níveis de inadimplência, reforçando a ideia de que o avanço da inclusão e a busca por promover cidadania financeira pode estar associado à melhora na capacidade de pagamento das famílias.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho analisou as inovações no mercado de crédito e seus efeitos sobre a inclusão financeira e os indicadores econômicos e sociais nos estados do Nordeste brasileiro, no período de 2010 a 2021. A inclusão financeira, compreendida como o processo de ampliação do acesso e uso de serviços financeiros adequados, foi investigada com base nas ações do Banco Central do Brasil (BCB), que implementou medidas como a expansão de correspondentes bancários, postos de atendimento, cooperativas de crédito, cadastro positivo, *open banking*, bancos digitais e *fintechs*. Essas iniciativas visam reduzir a exclusão financeira, especialmente em regiões historicamente desassistidas, como o Nordeste, promovendo maior competição no mercado de crédito e facilitando o acesso de famílias de baixa renda e pequenas empresas.

A relevância do tema reside na sua capacidade de conectar o acesso a serviços financeiros com o desenvolvimento econômico e social, especialmente em uma região marcada por desigualdades históricas, como o Nordeste. A inclusão financeira é reconhecida, tanto pela literatura, quanto por instituições como o BCB e a ONU, como um vetor essencial para o crescimento da renda, redução da pobreza e promoção da equidade social. No contexto nordestino, onde a exclusão financeira era acentuada pela baixa capilaridade bancária, as inovações no mercado de crédito representam um instrumento estratégico para mitigar desigualdades regionais e estimular o desenvolvimento sustentável, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

O objetivo geral do trabalho foi analisar se as inovações no mercado de crédito resultaram em maior inclusão financeira e melhora nos indicadores econômicos dos estados do Nordeste entre 2010 e 2021. A presente pesquisa permitiu constatar que, entre 2010 e 2021, a Região Nordeste apresentou avanços relevantes na inclusão financeira, especialmente nas dimensões de acesso demográfico e geográfico. Houve expansão significativa de canais de atendimento, com destaque para os correspondentes bancários e postos de atendimento, além da crescente utilização de meios eletrônicos, como máquinas de cartão (POS). A taxa de bancarização da população adulta evoluiu de 49%

para 75% no período, refletindo maior alcance dos serviços financeiros. Todavia, a dimensão de uso, mensurada pela razão crédito/PIB, apresentou retração em todos os estados, evidenciando que o crescimento econômico regional não foi acompanhado, na mesma proporção, pela ampliação efetiva do crédito.

No que se refere à relação entre inclusão financeira e indicadores econômicos e sociais, verificou-se que todos os estados nordestinos registraram crescimento no Índice de Inclusão Financeira (IIF) e no PIB real. Entretanto, a associação entre essas variáveis não se mostrou homogênea. O estado do Piauí destacou-se por apresentar simultaneamente elevada taxa de crescimento econômico e expressivo avanço no IIF, ao passo que Sergipe manteve altos níveis de inclusão, mas com desempenho econômico mais modesto. Nos aspectos sociais, não se observou relação direta entre maiores índices de inclusão e o PIB per capita, porém identificou-se que os estados que melhor se posicionaram no IIF, como Sergipe e Rio Grande do Norte, registraram menores taxas de pobreza e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) acima da média regional. Tais evidências indicam que políticas públicas e condições macroeconômicas exerceram influência determinante sobre os resultados observados.

Por fim, quanto à relação entre inclusão financeira, endividamento e inadimplência, identificou-se que a ampliação do acesso aos serviços financeiros esteve acompanhada por mudanças no perfil do endividamento das famílias, com predominância crescente do cartão de crédito, que atingiu 91% das famílias endividadas em 2021. Apesar disso, não foi possível estabelecer um padrão uniforme que associasse diretamente maiores índices de inclusão financeira a níveis mais elevados de endividamento ou inadimplência. Algumas capitais com altos IIF apresentaram queda no percentual de famílias com dívidas em atraso, enquanto outras registraram aumento. Dessa forma, conclui-se que a expansão da inclusão financeira, para gerar benefícios econômicos e sociais sustentáveis, requer não apenas o acesso ampliado, mas também a promoção da educação financeira e o incentivo ao uso consciente do crédito, de modo a evitar que o acesso aos serviços financeiros se converta em vulnerabilidade econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Michel; LIMA, Gilberto Tadeu; CANUTO, Otaviano. “Distribuição espacial da atividade bancária no Brasil: dimensões e indicadores”, Nova Economia (UFMG), 15(1), p.11-33, Belo Horizonte, 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inclusão Financeira. Número 2. Brasília: BCB, 2011. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?microfin>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inclusão Financeira. Número 3. Brasília: BCB, 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?INCFINANC>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira. Brasília: BCB, 2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cidadaniafinanceira>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira. Brasília: BCB, 2021. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/cidadaniafinanceira>.

BERRY, C.; SERRA, V. Financial citizenship: rethinking the state’s role in enabling individuals to save. London: ILG-UK, 2012.

CARTONI, DANIELA. M. Apostila de metodologia da pesquisa científica. IBTA. Metrocamp. Campinas, 2011.

CHICK, V. DOW, S.A. Post-Keynesian Perspective on the Relation between Banking and Regional Development. In: Arestis, P(ed) Post-Keynesian Monetary Economics: new approaches to financial modeling. Aldershot. E. Elgar, 1988.

CLODOALDO, B. Inclusão financeira e desenvolvimento econômico: uma análise sob o contexto brasileiro. 2020.

CÓRDOVA, R.; DINIZ, E.; GONZALEZ, L. Inclusão financeira e correspondentes bancários. 2014.

CORRÊA, V. P. Distribuição de agências bancárias e concentração financeira nas praças de maior dinamismo econômico - um estudo para os anos 1980 e 1990. In: CROCCO, M.; JAYME Jr F. (Org.). Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira. 1 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2006, p. 169-210.

CULL, R.; MORDUCH, J. Microfinance and economic development. In: HANDBOOK OF FINANCE AND DEVELOPMENT. [S.l.: s.n.], nov. 2018.

DEMIRGÜÇ-KUNT, A. et al. The Global Findex Database 2017: measuring financial inclusion and opportunities to expand access to and use of financial services. The World Bank Economic Review, v. 34, n. Supplement_1, p. S2-S8, 2020.

DUTRA, Leonardo Dondoni; FEIJÓ, Carmem A. do Valle; BASTOS, Julio Cesar Albuquerque. Impacto de choques de política monetária sobre a oferta de crédito regional:

Uma análise econométrica a partir da metodologia VAR para o Brasil nos anos 2000. *Brazilian Keynesian Review*, 3(1), p.48-74, 1º Semester/2017.

EDUARDO, J. A evolução da inclusão financeira no Brasil e o papel da caixa econômica federal, 2024.

GONZALEZ, L.; DEAK, M.; PRADO, M. A. O Brasil mudou mais do que você pensa: um novo olhar sobre as transformações nas classes CDE. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018.

KEMPSON, E.; WHYLEY, C. Kept out or opted out? Understanding and combating financial exclusion. Bristol: Policy Press, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2003

LEYSHON, Andrew; THRIFT, Nigel. Geographies of financial exclusion: financial abandonment in Britain and the United States. *Transactions of the Institute of British Geographers*, p. 312-341, 1995.

MEDHAT, K. Financial citizenship as a broader democratic context of financial literacy. *SSRN Electronic Journal*, 2020.

OZILI, P. K. Financial inclusion research around the world: a review. *Forum for Social Economics*, 2020.

OZILI, P. K. Optimal financial inclusion. *SSRN Electronic Journal*, 2020.

SARMA, M.; PAIS, J. Financial inclusion and development: a cross country analysis, 2008.

SARMA, M.; PAIS, J. Financial inclusion and development. *Journal of International Development*, 2011.